

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMA - CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, REALIZADA NO DIA 23 DE MAIO DE 2011, PRESIDIDA PELO SR. JONEL NAZARENO IURK - SECRETÁRIO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, E SECRETARIADA PELO SR. JOAO BATISTA DE CAMPOS - SECRETÁRIO EXECUTIVO, NO LACTEC - AUDITÓRIO, AV. COMENDADOR FRANCO 1.341, JARDIM BOTÂNICO.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Boa tarde a todos, peço que todos tomem assento para que possamos dar início à 80ª reunião ordinária do Conselho estadual de meio ambiente. Agradeço o pronto atendimento de todos os presentes. Teremos hoje também, durante a nossa Sessão, a posse dos novos Conselheiros, porque essa 80ª reunião, na realidade, é a primeira reunião da atual gestão do Governo estadual e muitos Secretários de Estado, portanto, estarão, a partir de hoje, compondo o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Então, mais uma vez o nosso agradecimento.

Também gostaria de fazer um agradecimento especial ao Castella que durante o exercício anterior respondia pela Secretaria Executiva do Conselho. A partir de agora o Secretário Executivo será o João Batista, nosso companheiro da Secretaria de Meio Ambiente. E, de imediato, gostaria de fazer um breve pronunciamento. Dizer que, devido à nova realidade do Estado, as novas políticas que estão sendo implantadas pelo atual governador, muitas demandas na área ambiental acontecerão, e como Secretário do Estado e na condição também de Presidente do Conselho, queria registrar a importância deste Conselho, justamente para ajudar a coordenar, a orientar, a ratificar, a validar as diversas ações que serão propostas já nos próximos meses.

Neste momento, estamos terminando a elaboração de vários planos, vários programas e um deles eu destacaria o Bioclima, o Proezas, a questão da descentralização da gestão ambiental para os municípios, dentre outros programas, a questão do saneamento ambiental da Bacia do Alto Rio Iguaçu, também outro programa de magnitude, a questão da Escola Parque, um programa de educação ambiental também que estará sendo apresentado brevemente a toda sociedade paranaense, enfim, diversos desafios que se apresentam, portanto, a atuação do Conselho Estadual de Meio Ambiente é fundamental exatamente para

uma legitimação e no sentido também orientativo das políticas que estarão sendo desenvolvidas e que passarão aqui pelo Conselho Estadual de meio ambiente para sua apreciação.

Vou pedir ao Secretário João Batista que faça rapidamente a leitura de todos os Conselheiros que a seguir serão empossados.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (Sema):- Boa tarde. Os Conselheiros natos para o período de 2010/2012, ou em continuidade no cargo que ocupa como Conselheiros do CEMA passarei a leitura agora. O primeiro Conselheiro a ser empossado: Jonel Nazareno Iurk – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e como Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente; Secretaria de Estado da Saúde: titular Michele Caputo Neto, suplente Sezifredo Paulo Alves Paz - que pudesse se manifestar, levantando a mão para visualizarmos; Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento: titular Norberto Anacleto Ortigara e Suplente Otamir César Martins; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano: titular César Augusto Carollo Silvestri e Suplente Luiz Eduardo Barboza Pacheco; Secretaria de Estado do Comércio e Assuntos do Mercosul: Titular Ricardo José Magalhães Barros e Suplente Mário Lessa Sobrinho; Companhia de Habitação do Estado do Paraná – COHAPAR: titular Mounir Chaowiche e Suplente Agenor de Paula Filho; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: titular Alípio Santos Leal Neto e Suplente José Maia; Secretaria de Estado da Educação: titular Secretário Flávio José Arns e Suplente Kátia Mara de Jesus; Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral: titular Secretário Cássio Taniguchi e Suplente Izabella Maria Swierczynski; Secretaria de Estado do Turismo: titular Faisal Saleh e Suplente Milton Karam; Procuradoria Geral do Estado – PGE: titular Ivan Lelis Bonilha e Suplente Ana Cláudia Bento Graff; Águas Paraná: titular Luis Tarcisio Mossato e Suplente: Jose Luiz Bolicenha. Instituto Ambiental do Paraná: titular Márcio Fernandes Nunes e Suplente Everton Luiz Costa Souza; Instituto de Terras, Cartografia e Geociências: titular Amílcar Cavalcanti Cabral e Suplente Gislene Lessa. São esses Secretários.

E também a Federação dos Trabalhadores de Agricultura do Estado do Paraná solicita a alteração da representação da Federação no Conselho Estadual do Meio Ambiente, ficando como titular Mário Plefk e Suplente José Carlos Castilho.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito bem, então, declaro empossados os Conselheiros e peço uma salva de palmas para materializar a posse. (Palmas). Após a posse dos novos

Conselheiros, peço ao Secretário que faça a verificação do quórum. Antes, porém, registro a presença do Secretário Alípio. Seja bem-vindo, Secretário.

Então, Secretário João Batista para verificação do quórum.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (Sema):- Presidente, temos quórum com vinte e quatro Conselheiros.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Abrimos as inscrições para a Tribuna Livre, só lembrando que todas as manifestações devem ser feitas via microfone, porque a reunião está sendo filmada, e somente o que for registrado farão parte da ata elaborada a posteriori.

Por sugestão do Conselheiro Ricardo Barros, faremos uma autoapresentação, para que todos possam se conhecer. De antemão vou pedir escusas, estou debutando na Presidência, então, os deslizes, a falta de eficácia, por favor, me perdoem estamos num processo de aprendizagem.

Sou Patrícia Carla Giloni de Lima – Unicentro; Jorge Augusto Callado Afonso – CRB; Roberto Gava, suplente da FIEP; Paulo Carlos Cosmo, suplente SMMA-CL; Célia Regina Granhen Tavares – representante da Universidade Estadual de Maringá; Paulo César Martins, suplente da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná; Carlos Eduardo Belz, sou professor do Centro de Estudos da Universidade Federal do Paraná e estou como suplente do Conselho Regional de Medicina Veterinária; Giacomio Clausi, representante do Grupo Ambientalista do Rio Iguaçu; Adriano Wild – Mater Natura; Vânia Mara Moreira dos Santos, representante do Instituto dos Guardiões da Natureza de Prudentópolis-Paraná; Kátia Mara de Jesus suplente da SEEB; Alessandra Galli, suplente da OAB; Carlos Grubhofer, representante da FIES, suplente das Universidades particulares do Paraná; Carlos Mello Garcias representando as Universidades da PUC-Paraná.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Temos dois inscritos, lembrando que temos o tempo de quinze minutos a serem distribuídos aos que fizerem a inscrição para a Tribuna Livre. Temos mais um tempo para que as inscrições possam ocorrer.

Dando sequência à nossa pauta, temos a discussão e a aprovação da Ata da 79ª reunião ordinária que foi realizado ano passado. Os senhores devem ter recebido justamente o texto para que se façam os apontamentos, as correções ou a discussão. (Pausa).

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (Sema):- Secretário, há um adendo do Conselheiro Carlos Eduardo Belz onde não aparece na ata essa

emenda. Essa emenda já foi providenciada e faremos a devida correção, na apresentação como suplente.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Então, indago se há necessidade da leitura da Ata? Não. Então, colocamos em votação. (Pausa). APROVADA a Ata da Sessão anterior por unanimidade.

Na Ordem do Dia temos a aprovação da proposta da Política Estadual de Educação Ambiental. Para que possa conduzir esse tema eu chamo o Sr. Paulo Roberto Castella que na gestão anterior foi a pessoa responsável pela condução desse tema.

O Sr. Paulo Roberto Castella (Sema):- A Política Estadual de Educação Ambiental foi apreciada na 18ª reunião extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, dia 03 de novamente de 2010.

Essa Política Estadual de Educação Ambiental está baseada dentro da Política Nacional de Educação Ambiental, e a construção dessa Política Estadual de Educação Ambiental contou com vinte e uma reuniões do grupo de trabalho dentro da Câmara Temática de Biodiversidade, Bioma e Educação Ambiental, foi um workshop com 45 pessoas e, para finalizar a Política Estadual de Educação Ambiental, contou com um seminário com 150 pessoas em Faxinal do Céu em setembro de 2010. Essa reunião em Faxinal do Céu, esse seminário que finalizou a Política Estadual de Educação Ambiental contou com o apoio de um técnico do Ministério do Meio Ambiente e de um técnico do Ministério da Educação. A proposta da política está dividida nos princípios da política, no sistema de gestão da política de educação ambiental onde prevê a criação de um comitê, de uma organização para tratar justamente de uma articulação interinstitucional. Esse comitê é previsto a regulamentação através de decreto. Também, dentro da política, é previsto um sistema de educação ambiental formal, dividido em três níveis: educação básica, ensino médio e ensino superior tratando de educação ambiental; e a coordenação da educação não formal ficaria com a Secretaria de Estado e Meio ambiente, Recursos Hídricos com o apoio da Educação, Agricultura, Saúde. A Política de Educação Ambiental formal ficaria na responsabilidade da Secretaria de Educação.

Essas são, de forma resumida, a Política Estadual de Educação Ambiental, propõe uma organização, uma metodologia e um comitê gestor dessa política que são as CEEA's. em alguns estados esses comitês já foram criados por decreto, estamos primeiro criando a política por lei e depois regulamentarmos. Essa, de forma, resumida, é a Política de Educação Ambiental proposta. Acho que os senhores devem ter recebido uma cópia que estava disponível no site.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito bem. Para os novos Conselheiros esse tema foi debatido exaustivamente no ano passado, em diversas reuniões no âmbito do Conselho e mesmo nas câmaras setoriais, apenas não havendo o cumprimento do rito formal da aprovação. Então, é um tema que, dos Conselheiros antigos, tirando os que tomaram posse hoje, é bem conhecido. E faço uma recomendação para os novos Conselheiros do atual Governo pela aprovação dessa proposta. Pois não.

O Sr. Conselheiro Alípio Santos Leal Neto (SETI):- Sr. Presidente, gostaria, se fosse possível, de emendar a proposta para que a Secretaria de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior, portanto, educação superior, pudesse participar da execução desse projeto.

A Sra. Conselheira Kátia Mara de Jesus (SEEB):- A SETI ano passado participou conosco da formulação da política, tanto é que no Artigo 7º, quando criamos o órgão gestor que vai coordenar, diz no Parágrafo Único: “o regulamento do órgão gestor dar-se-á mediante decreto estadual e ficará a cargo das Secretarias de Educação, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de Saúde, da Agricultura e Abastecimento e da Ciências, Tecnologia e Ensino Superior.

Então, a secretaria participou desde o início e continuará como órgão gestor.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Está esclarecido? Retiramos a proposta de emenda? Ok. Então, ninguém mais querendo discutir, submeto à votação. (Pausa). APROVADA, por unanimidade, a proposta da nova Política de Educação Ambiental.

Temos ainda na Ordem do Dia a alteração do Artigo 20, do Regimento Interno, para composição das Câmaras Temáticas. Fica aberto para discussão o tema.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- Presidente, por que da necessidade dessa alteração? É uma alteração que ocorre devido a incorporação dos representantes do Conselho de Classe, CREA, CRBio, OAB e outras instituições, no Conselho. Então, essa alteração aumenta de cinco para seis Conselheiros ou representantes indicados por esses para participar da Câmara Temática. É para abrir espaço para participação do Conselho de Classe nas Câmaras Temáticas que é onde são elaboradas e discutidas proposições que venham a Plenário.

Então, basicamente é a incorporação no Parágrafo 1º, Inciso V e representantes das entidades de representação de classe. Seria essa a alteração, a incorporação em relação a esse tema.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Encontra-se em discussão essa proposta de alteração. Alguém deseja se manifestar? (Pausa). O texto proposto está representado na tela, as alterações propostas estão em letras verdes e as supressões em letras vermelhas. Não havendo necessidade de esclarecimento, encaminho para votação. (Pausa). APROVADA por unanimidade.

Temos ainda na Ordem do Dia a definição das entidades para comporem as Câmaras Temáticas. Temos também o texto na tela. Então, aberta para discussão a definição das entidades que comporão as Câmaras Temáticas do Conselho.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos:- As Câmaras Temáticas são: de Biodiversidade, Bioma e Educação Ambiental, de Economia e Meio Ambiente, de Controle e Qualidade Ambiental, e de Assuntos Jurídicos. Então, para essas Câmara Temáticas, com a aprovação do Artigo 20, será composta por seis membros ou representantes indicados pelos conselheiros e suplentes. E ali está na tela como ficaram as Câmaras Temáticas, são dois membros natos, um representante das entidades não governamentais ambientalistas, um representante das entidades dos trabalhadores ou das entidades dos segmentos produtivos patronais; um representante das instituições de ensino superior ou dos Secretários Municipais de Meio Ambiente indicado pela Associação dos Municípios do Paraná, um representante das entidades de representação de classes.

O Sr. Conselheiro Faisal Soleh (Secretário do Estado do Turismo):- Gostaria de um esclarecimento sobre a Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (Sema):- Vou apresentar na tela a competência de cada Câmara Temática. Então, a Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente, qual o objetivo, quais as competências: zoneamento ecológico-econômico; programas de incentivo ambiental; padrões de proteção e controle dos recursos florestais; padrões de proteção e controle dos recursos agropecuários e extrativistas; padrões de proteção e controle dos recursos minerários; padrões de proteção e controle dos recursos pesqueiros; padrões de proteção e controle dos recursos energéticos; padrões para o controle e gestão da implantação de obras e atividades de infraestrutura e transportes.

Sr. Presidente, já temos manifestação para participação da Câmara Temática de Economia e meio ambiente: Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, Planejamento, de Agricultura e Abastecimento, e Conselho Regional de Medicina Veterinária.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Por questão de ordem com a palavra Conselheiro Ricardo Barros.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Presidente, estou lendo agora a composição das Câmaras Temáticas, temos: dois membros natos; um representante das entidades não governamentais, um representante das entidades dos trabalhadores ou das entidades dos segmentos produtivos patronais, um representante das instituições de ensino superior ou dos Secretários Municipais de Meio Ambiente indicado pela Associação dos Municípios do Paraná - AMP e agora criamos mais um.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (Sema):- E agora um representante das entidades de representação de classes que foi aprovado agora.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Esse representante tinha que ser governamental.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (Sema):- Os governamentais estão como membros natos.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Sim, mas para a Câmara ficar paritária esse membro tinha que ser governamental.

O Sr. Conselheiro Márcio Fernando Nunes:- Ricardo, por questão de ordem, gostaria de suspender essa sessão por quinze minutos para que possamos fazer um avaliação um pouco melhor desse encaminhamento que, pelo o que entendi, já foi até aprovado no Artigo 20. Proponho a suspensão por quinze minutos da Sessão para que possamos estudar um pouco melhor.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Submeto a proposta do Conselheiro Márcio...

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Conselheiro Márcio, faremos assim se houver divergência. Estou apenas propondo que a nova vaga seja governamental, se houver divergência vamos ao debate. Há divergência, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Srs. Conselheiros, vamos suspender a Sessão por quinze minutos em função de questões de ordem, as que surgiram aqui junto à Mesa.

O Sr. Conselheiro César Augusto Carollo Silvestri (SEDU):- Há uma proposta feita pelo Secretário de Indústria e Comércio que acho, Sr. Presidente, poderíamos votá-la antes do intervalo, se não houver divergência poderíamos votá-la e se houver debate aí poderíamos aguardar os quinze minutos.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Para esclarecer, aprovamos a alteração no Artigo 20, criando mais um vaga neste Conselho. Estou propondo

que essa vaga seja governamental para que as Câmaras sejam paritários, que é o normal especialmente quando se trata da minha área, desenvolvimento econômico, sustentabilidade que é conviver com o meio ambiente, então me parece que é bastante adequado. Se não houver divergência aprovaríamos a alteração do Artigo 20 que foi aprovado e criamos uma vaga a mais para as áreas de Governo.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Está entendida a proposta do Conselheiro Ricardo Barros, da Secretaria de Indústria e Comércio?

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (Sema):- Se me permite, Sr. Presidente, só para seguirmos um rito. Aprovamos agora há pouco o Artigo 20 e suas alterações, o Secretário está propondo votar novamente o Artigo 20 incluindo um representante governamental.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Transformar a nova, que era para entidades que já estava contemplada item III, entidades dos trabalhadores ou das entidades dos segmentos produtivos patronais, ao invés de criarmos uma vaga para este setor que já está contemplada, criaríamos para a área governamental. É só esta a questão, o Conselho ser paritário me parece que ajuda no equilíbrio da discussão. É uma questão de visão da gestão dessa área e estou falando porque sou Secretário do Desenvolvimento Econômico, da Indústria e Comércio, inclusive, Sr. Presidente, acredito que esse Conselho deveria chamar Conselho Estado de Sustentabilidade, porque sempre estaremos discutindo aqui a sustentabilidade, que é a convivência do meio ambiente com o homem. Mas isso fica para uma próxima, farei isso para a próxima reunião, por enquanto gostaria apenas de corrigir, digamos assim, complementar a votação, porque agora que estou vendo a proporção das Câmaras e a minha Secretaria quer se inscrever na Câmara Temática de Economia e a SEDU, que as áreas correlatas se completam.

Então, estou propondo essa sugestão. Senão houver divergência ou se o senhor quiser suspender a sessão também, estou á disposição.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Vou suspender a sessão por quinze minutos por uma questão de ordem para que possamos examinar o regimento. Peço escusas a todos pela inexperiência na condução dos trabalhos que provavelmente levou a esse impasse e, portanto, vou me reunir rapidamente com o Secretário Executivo para que possamos fazer alguns esclarecimentos e em quinze minutos retornaremos à Sessão.

(Está suspensa a Sessão).

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Senhores, peço que todos retomem seus assentos para que possamos reiniciar a nossa Sessão Ordinária.

Retomando os trabalhos, gostaria de lembrar que estamos ainda na Ordem do Dia e que fizemos uma interrupção por questões de ordem para que pudéssemos discutir alguns temas pertinentes ao que estava sendo discutido na Ordem do Dia e, portanto, geraram duas propostas que serão apresentadas pelo Conselheiro Ricardo e pelo Conselheiro Garcias.

Então, passo de imediato a palavra para o Conselheiro Ricardo para que possa apresentar a sua proposta.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Minha proposta já está transcrita pelo nosso Secretário João Batista: “As Câmaras Temáticas serão constituídas por oito Conselheiros ou representantes indicados, definidos pelo Plenário, com direito à voz e ao voto, e por oito suplentes” – vamos aumentar para oito, por favor. Cada titular tem o seu suplente.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Então, diferente do que tinha sido comentado da retirada das entidades de classe, isso não ocorreria, mas sim aumentaria o número participante para que haja paridade do Governo com os demais representantes.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- E garantir quórum também, ou vem o titular ou o suplente, quando o titular não vem ele indica o seu suplente. Senão fica aquele suplente que não sabe de quem ele é suplente, não é avisado da ausência do titular. Então, vamos garantir que tenha efetividade de deliberação. Aí ficam: quatro membros natos, um representante das entidades não-governamentais ambientalistas; um representante das entidades dos trabalhadores ou das entidades dos segmentos produtivos patronais; um representante das instituições de ensino superior ou dos Secretários Municipais de Meio Ambiente indicado pela Associação dos Municípios do Paraná - AMP, e um representante das entidades de representação de classes, que é o pedido que estava inicialmente colocado. Acatamos o pedido, incluímos as entidades de classe e garantimos o quorum do Conselho com suplentes por titular. Quando o titular não vem ele já recomenda que o suplente compareça na reunião. Essa é a proposta.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Então, a proposta está em discussão.

O Sr. Conselheiro Roberto Gava (FIEP):- Concordo com a proposta do Conselheiro Ricardo Barros, apenas faço objeção à retirada da palavra “Conselheiros Suplentes” e por outros suplentes. Suplentes de quem? Seriam

suplentes dos conselheiros. Portanto, minha proposta é no sentido de manter a palavra Conselheiros seguido por suplentes. Obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito obrigado. Realmente vem aprimorar o texto proposto.

O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Belz (CRMV):- Eu me manifestaria contrário se fosse a primeira proposta colocada pelo Conselheiro Ricardo Barros, porque acredito na importância da participação dos órgãos de classe, do Conselho Regional de Medicina Veterinária, do Conselho regional de Biologia, da OAB, do CREA, tanto que estamos este ano representando essas entidades dentro do Conselho, mas dessa forma como foi colocada agora acho que fica bom para todos.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito bem, mais alguma manifestação.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (Sema):- Temos que ter apoio a essa proposta, de acordo com o regimento, seria um quinto. A proposição de alteração do regimento tem que seguir um quinto dos Conselheiros que subscrevem tal proposição.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Peço apoio para nossa proposição, que puder levantar o braço, por favor. Temos apoio.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Na realidade essa proposta se torna unânime, aí atendemos o Artigo 74 do Regimento Interno, Disposições Gerais, dando plenitude de legalidade a proposta. Não havendo discussões, colocamos em votação a alteração do texto que passa a ser como está projetado na tela.

O Sr. Conselheiro Roberto Gava (FIEP):- Há necessidade de transformar a palavra Conselheiro em verde ou deixar em preto.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Perfeito. Então, passamos, definitivamente, em regime de votação esta alteração. (Pausa). APROVADA por unanimidade esta alteração.

Temos agora outro passo, também muito importante, que é a definição da composição das Câmaras Temáticas. Abrimos, nesse momento, as inscrições para que as entidades e os conselheiros que representem as entidades se candidatem a compor – vou pedir escusas mais uma vez aos Conselheiros e lembrar da proposta do Conselheiro Garcias que se manifestará neste momento.

O Sr. Conselheiro Carlos Mello Garcias (PUC):- Olhando as Câmaras Temáticas que hoje temos em nosso Conselho, observo que tem uma questão que está nos afligindo em termos de sociedade e que não está nesta Câmara e que acho que é oportuno que seja observado.

Tivemos recentemente alguns acidentes ambientais muito graves. Dadas as questões de meio ambiente, temos tido desafios muito grandes que a sociedade não está conseguindo dar conta do recado como a questão do abastecimento de água, da questão de esgoto, na questão de drenagem e na questão de resíduos sólidos urbano. Minha proposta é que se coloque esses quatro serviços em evidência nesta Secretaria, dada a importância e o desafio social que é ao enfrentar essa questão. Proponho que se crie uma Câmara Temática chamada Saneamento Ambiental.

Voltando ao tema do Artigo 20, temos mais um problema a resolver. Como houve a alteração, passamos de seis para oito membros, o Parágrafo 2º fala sobre os Conselheiros suplentes, diz: “um representante das entidades dos trabalhadores ou dos segmentos produtivos patronais, não podendo haver...”, enfim, ele descreve os três conselheiros suplentes, temos que alterar isso.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Já propomos que cada entidade indique o suplente, então a Câmara terá oito titulares e oito suplentes.

O Sr. Conselheiro Carlos Mello Garcias (PUC):- Então, precisa corrigir o Parágrafo 2º.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Pode ser que tenha outras repercussões no texto como um todo e aí é uma questão só da Secretaria verificar em todo o texto do Estatuto, se há referência, remissão e corrigir. Mas o que foi sugerido é que cada titular tenha o seu suplente. Então, minha Secretaria tiver o titular na Câmara Temática de Economia, que é a que estou propondo, se eu não puder vir, ele vai mandar o suplente para que não haja problema de falta de quórum.

O Sr. Conselheiro Carlos Mello Garcias (PUC):- Ou seja, esses três incisos do Parágrafo 2º ficam nulos.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Exatamente, será escrito dessa outra forma.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Então, o Conselheiro Garcias colocou a sua sugestão e já de pronto...

O Sr. Conselheiro Mounir Chaowiche (COHAPAR):- Gostaria de complementar a sugestão. Vejo assim, tanto a questão de saneamento, é lógico que pela vivência que já tive aqui na Prefeitura de Curitiba com relação a habitação e meio ambiente, sugiro, até como complementação, essa nova Câmara Técnica trata tanto do saneamento ambiental como habitação que são questões que estão ligadas, principalmente numa política de urbanização, recuperação de área de risco, ocupações irregulares – é um tema que temos que enfrentar no

Paraná, temos centenas e centenas de ocupações, principalmente que afetam a questão de meio ambiente, ocupações de margens de rios. Então, complementaríamos essa sugestão como uma Câmara Técnica de Saneamento e Habitação.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Então, de antemão, já solicito a todos os Conselheiros, para cumprirmos o Regimento Interno, Artigo 74, de termos o apoio de pelo menos um quinto dos Conselheiros. Então, quem apoia a proposta do Conselheiro Carlos Garcias com a complementação da proposta do Conselheiro Mounir, que se manifeste. (Pausa). Então, está endossada a proposta para que possamos discuti-la e, em seguida, fazer o encaminhamento da votação.

Então, a proposta é a criação de mais uma Câmara Temática que se define como Câmara Temática de Saneamento Ambiental e Habitação.

A Sra. Conselheira Célia Regina Granhen Tavares (UEM):- Não entendi como ficou a composição dessas Câmaras Temáticas. Fiquei com uma dúvida em relação ao que o Secretário Ricardo Barros falou, porque essas Câmaras são partes desse Conselho. Então, essas pessoas que vão compor essas Câmaras precisam fazer parte desse Conselho, então suplente tem que ser parte deste Conselho. Não dá para ser desta forma como ele falou, por exemplo, eu tenho interesse em entrar numa Câmara, o meu suplente tem que fazer parte desta Câmara e não pode ser, por exemplo, alguém da minha universidade que não foi indicado para o Conselho. Então, ter que cuidar dessa questão.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Você é titular ou suplente?

A Sra. Conselheira Célia Regina Granhen Tavares (UEM):- Sou titular.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- E quem é o seu suplente aqui?

A Sra. Conselheira Célia Regina Granhen Tavares (UEM):- Não sei quem é o meu suplente. Fui indicada pela Universidade Estadual de Maringá e tem alguém que não é da Universidade Estadual de Maringá que é de outra universidade.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Mas tem uma vaga do Ensino Superior. Você foi indicada titular e tem o suplente de Ensino Superior. É só isso que estamos mantendo, a relação do assunto. Temos o Secretário da SEDU e temos o suplente dele aqui.

A Sra. Conselheira Célia Regina Granhen Tavares (UEM):- Então, dessa forma, porque do jeito que você falou deu para ter outra interpretação diferente.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Desculpe, então.

O Sr. Presidente:- Ficou esclarecida essa questão?

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sr. Secretário, a meu ver não criar mais uma Câmara Temática, mas talvez definir melhor, porque não

é somente a questão de saneamento. O saneamento até poderia estar incluso na Câmara Temática de Controle e Qualidade Ambiental, mas temos outras questões mais sérias, mais específicas como, por exemplo, a questão das mudanças climáticas. Este Conselho não tem uma Câmara Técnica para estudar isso.

Então, talvez, ao invés de criar novas Câmaras Temáticas, talvez pudéssemos fazer uma readequação das áreas de abrangência de todas elas, dessas quatro Câmaras Temáticas, porque Assuntos Jurídicos fica sozinha, mas quando se tem uma gama de outras questões, outros temas que também exigem igual destaque.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Vou colocar uma possível interpretação sobre a definição de cada uma dessas Câmaras Temáticas. Num primeiro momento achei muito pertinente a sugestão do Professor Garcias, porque temos a Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental, então percebemos uma afinidade desses temas muito grande e relacionada à conservação da natureza; aí temos Câmara Temática de Economia Meio Ambiente, obviamente aqui são questões de desenvolvimento econômico e, claro, com a variável ambiental permeando, os temas de desenvolvimento; aí temos a Câmara Temática de Controle de Qualidade Ambiental que está muito voltada à questão da fiscalização, normatização e monitoramentos, ou seja, fiscalização; e Assuntos Jurídicos obviamente permeia outros temas. E dá para perceber uma ausência, como você coloca de mudanças climáticas e também, como foi colocado, do saneamento ambiental e habitação, que são temas que, por incrível que pareça, não estariam encaixados naqueles grupos de afinidades. O que estou falando é sujeito à crítica preliminarmente, foi o que busquei entender e ao ver essa composição.

Como tivemos esses eventos do ano passado para cá e com tendência a se repetir e invariavelmente está associados saneamento ambiental e também habitação, pareceu-me muito pertinente essa questão, da mesma forma questão se coloca mudanças climáticas. Claro que qualquer uma dessas Câmaras com outras denominações ou ajustes pode abrigar. É uma questão de organização. Também concordo. Aí é uma questão de verificar qual melhor o formato para que haja agilidade e talvez até uma expertise em cada uma dessas Câmaras. Talvez a questão esteja mais pontuada nesse sentido.

De qualquer forma continua aberta a discussão sobre a proposta da criação da Câmara Temática de Saneamento Ambiental e Habitação.

A Sra. Ana Cláudia Bento Graff (PGE):- Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consideração em nome da Procuradoria Geral do Estado. Boa tarde a todos, represento o Dr. Ivan Bonilha, Procurador Geral do Estado neste Conselho.

Tenho uma sugestão alternativa, sem desmerecer a importância dos temas nem de saneamento tampouco de habitação, que são relevantíssimos, mas por uma questão de logística e de organização do Conselho, já me considero quase decana de Conselho, principalmente desse aqui, e o que a gente vivencia é uma dificuldade de organização, de agendar reuniões, seja a questão a logística. Então, é apenas uma sugestão que coloco para discussão, talvez fosse interessante criar grupos de trabalho específico para cada um desses temas na medida em que existem questões já a serem discutidas, a serem trazidas para o Conselho, grupo de trabalho dentro do âmbito de cada uma dessas Câmaras. Só por uma questão de logística, não de importância, nem de relevância, mas é como o colega falou, há a questão das mudanças climáticas, há tantas outras questões e pode ser um grupo de trabalho permanente se houver material para tanto. É uma sugestão que deixo para discussão.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Conselheiro Ricardo.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Acho boa a ideia. Quando o tema é um tema finito, vamos dizer Código Florestal. Um dia vai votar, votou acabou a Câmara, porque está resolvido; quando é um tema permanente é uma Câmara Temática, como uma tarefa é um grupo de trabalho. Por exemplo, temos agora logística reversa, que é o assunto do momento, mas é uma questão que vamos estabelecer, implementar e está revolido. Então, talvez, para coisas como essas poderíamos fazer grupo de trabalho. De quando é essa definição das Câmaras?

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (Sema):- De 28 de abril de 2009.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Acho que é pertinente do nosso colega PUC-Paraná, que temos problemas seríssimos de resíduos sólidos, temos a lei que foi aprovada recentemente, temos implementação, a Sanepar com disposição de entrar nessa área para ajudar a resolver, tivemos hoje com o Presidente do BNDES em São Paulo pedindo recursos para isso, para política de resíduos sólidos. Então, talvez, Presidente, como é um grupo novo, são novas pessoas, são novas ideias.

Se tivermos consenso para estabelecer as áreas aqui, abriríamos inscrição para eleição dos membros numa outra reunião, porque percebi que temos mais candidatos do que membros para essas quatro vagas das Câmaras Temáticas. Então, seria talvez uma possibilidade de entendimento, de alguém se situar numa Câmara em outra, organizar essa participação, nessa de Economia e Meio Ambiente que eu chamaria de sustentabilidade já tínhamos cinco governamentais

querendo entrar na Câmara e só temos quatro vagas. Agora deveríamos tentar definir as áreas, se for possível, se houver consenso e aí abrir as inscrições para uma nova reunião. Recebermos quem estará se candidatando para cada Câmara e, se for o caso, teríamos que fazer votação em Plenário para saber quem ocuparão essas vagas.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Derivamos um pouquinho e agora precisamos finalizar a discussão da proposta do Professor Garcias no sentido da criação da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental e Habitantes que foi endossada por todos os Conselheiros para que fosse à discussão e votação.

O Conselheiro Márcio quer fazer uma manifestação.

O Sr. Conselheiro Márcio Fernando Nunes (Instituição das Águas):- Acho que as duas colocações são muito pertinentes, tanto a criação da Câmara Técnica de Saneamento e Habitação quanto das de mudanças climáticas. Não podemos esquecer que o Conselho tem de ir ao encontro da vontade e dos anseios da população, aquilo que a população necessita e precisa. E essa questão do saneamento, Ricardo, não podemos esquecer que a questão de saneamento não é só a questão dos resíduos sólidos é água, esgoto, resíduos sólidos, é macro e microdrenagem. Então, é um trabalho muito amplo e não finito, como a questão das mudanças climáticas, é um tema amplamente debatido a nível mundial e jamais poderia ficar fora dessas discussões aqui neste Conselho. Então, acho que os dois temas são pertinentes e jamais a questão logística pode suplantar a necessidade popular. Enxergo nestes dois temas a necessidade popular muito grande de que o Estado atue e o Estado precisando atuar precisa da aprovação deste Conselho, por isso meu encaminhamento é que seja voto favorável aos dois encaminhamentos de saneamento e habitação e as de mudanças climáticas.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Só gostaria de alertar que não podemos correr o risco de transformar todos os temas em caixinha de novo. Então, uma das preocupações que temos que ter é que temos que trabalhar em conjunto. Isso é *sine qua non*, porque se fazemos uma Câmara de Biodiversidade, outra de Economia, outra de Controle, Assuntos Jurídicos, Mudanças Climáticas, Saneamento e Habitação. Então, estamos retornando de novo à caixinha. Então, temos que tomar cuidado com isso.

A questão das mudanças climáticas, nós temos a Themis aqui que trabalha com isso já há bastante tempo e outros profissionais que eu não poderia citar os nomes agora no momento, é que mudanças climáticas permeia todas as outras Câmaras como qualquer tema. Então, estamos trabalhando com a questão ambiental, então eles interagem sempre. Sou geógrafa e temos que pensar sempre

nisso como uma questão de uma rede. Então, as outras Câmaras podem ser criadas, mas não podemos deixar o foco de trabalhar em conjunto sempre, do mesmo jeito como a questão jurídica. A questão jurídica está numa caixa, mas teremos que ser a questão jurídica dentro de todas as Câmaras presente. É só isso, seria uma colaboração. Muito obrigado.

O Sr. Conselheiro Roberto Gava (FIEP):- Vejam a letra B – Economia e Meio Ambiente. Dá a impressão que só essa Câmara Técnica trata do meio ambiente, nós somos do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Essa palavra meio ambiente pode ser muito bem trocada por mudanças climáticas, parece-me que acomoda bem a proposta. E também sou favorável do posicionamento do Carlos.

A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Só uma questão de encaminhamento e uma questão de ordem. Eu já estou no Conselho há alguns anos, não querendo desanimar todo mundo, temos que ter quórum e ter objetivado. Eu mesmo, daqui a pouco na Tribuna Livre, vou falar de um problema que venho falando há vários anos que precisamos de solução e aqui é entendido por todo mundo que está tudo bem, mas lá fora temos o mundo real. E o mundo real implica que não temos tempo para tudo, muitas vezes não temos condições de ter quórum e se não tem quórum não decide e se não decide fica para frente e assim vai indo, vai indo e acaba não se revolvendo nada.

Quando chegamos ao consenso de criar esses quatro modelos de Câmara Temática, não é que elas vão estudar somente esses assuntos. Não discordo da importância da questão de saneamento ambiental e da importância da questão de habitação, mas se for por importância temos que pensar nos efeitos dos agrotóxicos no meio ambiente. E assim teremos temas e temas e temas infundáveis e teremos que priorizar.

Então, na sugestão da Ana, penso que talvez, até para que os Conselheiros novos possam compreender o que é o papel de cada uma das Câmaras, constituíssemos essas Câmaras, definíssemos os temas que estão dentro dela e criasse grupos de trabalho específico para assuntos que são mais ou menos importantes ou que até naquele momento vão precisar de uma atenção especial, com um número de conselheiros que realmente possam participar e que de fato tenhamos uma atividade, porque o Conselho se reúne três vezes ao ano, não temos tempo para ter extraordinária a cada quinze dias. Então, temos que ser um pouco mais sensato, porque na hora de criar é fácil, na hora de executar vemos que a teoria é um pouquinho diferente da prática.

Então, minha sugestão é que se constituíssem essas Câmaras da forma como elas estão, estabelecêssemos um prazo para discutir os temas que elas vão

trabalhar e alguns temas específicos como, de repente, a questão de habitação, ou a questão de saneamento. Se crie já um grupo de trabalho com quem faz, quando faz e quando entrega o resultado, porque senão vamos continuar sempre no discurso. Estamos precisando de programas que de fato atinjam a população. A nossa angústia de quem está lá na base é essa. Então minha sugestão seria essa, seria mais fácil para que todos conhecessem melhor a Câmara, aí assuntos mais pertinentes poderiam ser agregados a ela e alguns assuntos mais importantes seriam com sugestão da Câmara: Olha, vamos criar um grupo de trabalho para isso. Essa seria minha sugestão que peço que o senhor pense e colocasse em votação, se fosse o caso.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito bem. Então, temos uma nova proposição da Conselheira Vânia que indica a manutenção das quatro Câmaras Temáticas como estão nominadas e grupos de trabalho possam discutir no âmbito de cada uma delas, temas específicos com mais afinidades.

Então, neste momento, temos a proposta do Conselheiro Garcias no sentido da criação de mais uma Câmara Temática, temos também a proposta da criação da Câmara de Mudanças climáticas e temos, por fim, a última proposta que é a manutenção desse arranjo e com grupo de trabalho, conforme necessidade de temas pertinentes a cada uma das Câmaras que já estão nominadas.

Consulto ao Secretário como faço o encaminhamento. São três votações, fazemos individualmente?

O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Considero-me responsável pela quarta proposta, que é usar o nome da Câmara Técnica da letra B, Economia e Meio Ambiente para Economia e Mudanças Climáticas e acolher a proposta do Professor Carlos. Seria essa a proposta.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Bem lembrado.

O Sr. Conselheiro Cezar Augusto Carollo Silvestri (SEDU):- Só para os novos Conselheiros e são muitos aqui, Conselheiro Ricardo Barros, só para orientá-los antes de fazermos a votação, aqui existe um organograma de trabalho do Conselho Estadual, senão me falha a memória é isso aqui. Todos os assuntos que são discutidos no grupo de trabalho, aqueles que estão há mais tempo me corrijam se eu estiver errado, depois essa discussão vai para as Câmaras Temáticas, depois iria para Assuntos Jurídicos e, por fim, o Plenário aprova e depois vai para publicação essa Resolução aprovada pelo Plenário. É essa a sequência.

Então, diante daquela ideia que foi dada, ao invés de serem criadas várias Câmaras pode-se criar grupos de trabalho porque sempre será discutido primeiro no grupo de trabalho. É isso?

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Está projetado na tela o organograma que o Conselheiro Silvestri colocou. Com a palavra o Conselheiro Roberto Gava.

O Sr. Conselheiro Roberto Gava (FIEP):- Estou lembrado que o Secretário do Meio Ambiente da gestão anterior ele insistiu muito em implantar o sistema do Conama para este Conselho Estadual do Meio Ambiente e no Conama a Câmara Técnica cria o GT e não é um GT perdido no espaço procurando paternidade. É uma Câmara Técnica que cria quantos GT quantos quiserem aonde todos tem voz e voto, quando na Câmara, segundo o Conama, só os Conselheiros que têm direito a voto. Todos têm direito a voz, mas a voto são só os Conselheiros. De modo que fica o registro, Secretário Silvestri, um ajuste na sua colocação.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Gostaria nesta mesma direção de também fazer mais um comentário que talvez possa agregar mais alguma informação. Então, temos, como mostra ali, o cidadão buscando uma participação no Conselho de algum tema que seja relevante ou interessante para a sociedade. Quando são formadas as Câmaras Temáticas é óbvio que os candidatos a participar de cada um dessas Câmaras Temáticas têm ou afinidade ou conhecimento que poderão emprestar dentro dessas Câmaras. E aí surgem alguns temas que, de pronto, não estariam cobertos, digamos assim, por essa organização que está aqui. Então, aí pode originar uma dificuldade a quem recorrer, a qual Câmara eu recorreria dependendo de um tema que eu não encontrasse pronto nessa descrição ali. Claro que eu poderia ir para alguma especificidade aí, centenas de especificidades que num primeiro momento não estariam inclusos aqui.

Então, quando se abre um pouquinho mais, e muito lastreado nos programas que estamos preparando e que vamos colocar à sociedade paranaense em breve, como o Bioclima, que nos informam que será apresentado aqui, a descentralização do licenciamento, a questão da logística reversa a política de resíduos, são temas que têm certamente vai suscitar várias demandas específicas e que num primeiro momento não encontramos explicitados a temática nesses itens aqui. Então, cria-se certa dificuldade para quem vai precisar recorrer ao Conselho.

Mas vou fazer o encaminhamento agora, porque estamos com quatro propostas. Então, vou colocar a proposta do Conselheiro Roberto Gava para o

endosso dos Srs. Conselheiros, parece-me ser uma proposta sua direta e a segunda parte é um apoio à proposta do Professor Garcias. Ele propõe que a Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente passe a ser denominada de Câmara Temática de Economia e Mudanças Climáticas.

O Sr. Conselheiro Faisal Saleh (SETU):- Presidente, queria pedir desculpas, eu tinha lhe comunicado que tenho um compromisso inadiável às 16h15min. Acho que a proposta do Professor Gava, no meu entendimento, não se aplica pontualmente porque falamos em Economia e Meio Ambiente no sentido da convivência entre desenvolvimento do Estado do Paraná e das questões ambientais, enquanto que a questão de clima é uma questão de risco. Acho que deve ter uma área com uma especialidade muito pontual no tratamento de riscos ambientais de futuro e o Paraná tem que se especializar na questão como um tema pontual.

Segundo defender a posição de candidatar para participação neste comitê, nesta Câmara Temática, entendendo a importância da convivência do Turismo e que está refletida pelo cidadão nas unidades conversação do Estado, que é todo um trabalho que vamos fazer doravante em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente. Então, nossa presença tem uma questão estratégica para o desenvolvimento e correto uso público das unidades de conservação. E peço novamente licença para me retirar.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito obrigado, Conselheiro Faisal, estão registradas as suas sugestões e agradecemos a sua presença.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Sr. Presidente, queria corroborar com o Conselheiro Faisal, penso que Economia e Mudanças climáticas não são bem parceiros. Vamos pensar assim: “Quem se habilita para determinada Câmara?” Eu tenho pleno interesse na Câmara de Economia como Secretário do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e nenhum interesse em mudanças climáticas. Na minha Secretaria não tem pessoas com expertise para contribuir nesse assunto. Por isso que falei lá atrás, quando falei economia e meio ambiente estamos falando de sustentabilidade, até sugeri que mudança o nome do Conselho para sustentabilidade, mas vamos deixar que a nossa Câmara chamasse Câmara de Sustentabilidade, ficaria mais adequado. Acho que a questão de mudanças climáticas caberia mais na Câmara Temática de Controle e Qualidade Ambiental, que aí, sim, as pessoas que irão se habilitar para Controle e Qualidade Ambiental entendem e podem contribuir para a discussão de mudanças climáticas.

Então, sem prejuízo da sugestão de dar destaque para as mudanças climáticas, mas penso assim, olhando do ponto de vista prático, quem se habilita para qual Câmara? Qual a expertise da entidade que está se propondo a participar da Câmara e esse assunto de mudanças climáticas com economia, quem vai contribuir para uma coisa não tem como contribuir para outra. Então, a Câmara fica sem sinergia.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Conselheiro Ricardo Barros, só para ilustrar a complexidade desses temas, estamos concluindo a elaboração do programa Bioclima, que na realidade fez uma junção das combinações das coordenadorias de mudanças climáticas e biodiversidade, portanto, é outra visão diferente das duas visões que o Conselheiro Ricardo e o Conselheiro Gava colocaram aqui.

Vou lembrar de uma sugestão que a Conselheira Vânia coloca que neste momento, devido ao encaminhamento do debate que está muito longe de consenso e dá para sentir também uma falta de elementos mais convincentes para que possamos nos decidir por uma situação ou outra, lembro que a Conselheira Vânia coloca a sugestão de permanecer como está, todos nós novos Conselheiros tomarmos ciência melhor do funcionamento das Câmaras e dos grupos de trabalho, e se os proponentes a modificações concordarem poderíamos numa próxima reunião aí sim com embasamento, com argumentações consistentes e convincentes preparar quantas forem necessárias Câmaras Temáticas para que possamos constituir de uma forma com experiência prática de estudos, enfim.

Não sei se estou adequado ao Regimento Interno ao fazer essa proposta, mas eu solicitaria aos Conselheiros que fizeram propostas, da viabilidade dessas propostas serem momentaneamente retiradas e manteríamos essa estrutura e na próxima reunião do Conselho seriam apresentadas previamente já com outro nível de informação.

O Conselheiro Tarcísio quer fazer uma manifestação.

O Sr. Conselheiro Luiz Tarcísio Mossato Pinto (IAP):- Não sei se a título de contribuição, é um tema bastante polêmico esse e tem diversas coisas a serem incrementadas nessa Câmara. Sugiro até um debate específico para isso para termos uma definição, sem termos que tomar uma decisão precipitada sobre o assunto em estar incrementando várias ações aqui dentro.

O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Sr. Presidente, dentro da proposta que o senhor apresentou eu retiro a minha proposta.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito obrigado.

O Sr. Conselheiro Carlos de Mello Garcias (PUC-Paraná):- Quero corroborar com a sua proposta em relação ao primeiro item, sobre a definição das Câmaras fique para um segundo momento.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Ótimo. Pois não.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Visto que o Conselho se reúne três vezes ao ano, acredito que deveríamos ter uma reunião com uma data previamente marcada, quer dizer, o mais urgente possível, porque se esperarmos uma segunda reunião do Conselho vamos demorar muito para começarmos a trabalhar e a Câmara Técnica é uma coisa braçal. Então, sugiro que saíamos daqui com uma data estipulada e considerando também o que o Presidente do IAP falou que todos já pensem na Ordem do Dia, onde gostaria de participar e já pensando também nos temas para apresentarem dentro de cada Câmara, porque certamente em cada Câmara dessa os subtemas vão se sobrepor, com certeza.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Estou entendendo que vamos sair daqui hoje com a escalação dos representantes de cada Câmara. Esse é um assunto.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Eu tinha entendido que seria jogado para frente. Desculpa.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- A proposta do Conselheiro Ricardo Barros é que façamos uma primeira rodada, hajam inscrições e se fosse possível consenso já sairíamos daqui definido. Não podemos ficar descobertos muito tempo.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Exatamente.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Acho que temos todas as condições de termos um consenso para formação dessa primeira rodada.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Obrigada.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Só não vamos misturar os assuntos. Estamos falando agora da questão da constituição de mais uma Câmara Temática. Então, indago ao Professor Garcias se ele manteria a sua proposta ou atenderia ao apelo que a Presidência do Conselho faz de a gente suspender momentaneamente e retomarmos a proposta numa próxima reunião.

O Sr. Conselheiro Carlos de Mello Garcias (PUC-Paraná):- Queria dizer que a preocupação da proposta foi justamente porque é uma área descoberta, vejo no Estado do Paraná com essa ou aquela gestão como uma situação calamitosa,

em termos dessas áreas água, esgoto, drenagem, resíduos, vivemos uma situação extremamente difícil, tivemos cidades que as coisas não aconteceram até agora, tem gente dormindo em escola, em escola que não estão funcionando e alguma atitude tem que ser tomada.

Nesta direção, vemos nossos rios na cidade mortos e a cidade com slogan que está bonito, o rio está podre, esse Conselho tem que ser responsabilizado. Então, vejo que posso retirar a minha proposta, mas não tiro a base da sustentação e que se coloque que é tirada, mas que responsabiliza nós todos, porque temos que tomar uma atitude urgente nisso. Então, em caráter de urgência, proponho uma reunião extraordinária para discutir as Câmaras Temáticas deste Conselho.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Muito bem.

O Sr. Conselheiro Mounir Chaowiche (COHAPAR):- Acho que como vamos e aí concordando com a sua ideia de termos para não vagarmos dentro do cronograma normal, definirmos uma reunião extraordinária e que nesta reunião extraordinária estaremos definindo essas Câmaras Temáticas e o que cada tema abordará, acho que até mesmo os representantes caberia também a definição nessa reunião extraordinária, que venhamos propor uma reunião extraordinária já para junho, seria nos próximos trinta dias e nesta reunião aí, sim, traríamos o tema, até de repente voltando à discussão, incluindo a questão de habitação e saneamento, enfim, vamos sair daqui para justamente ajustarmos essas definições. Voltaríamos daqui a um mês com um entendimento onde os Conselheiros poderão também estar debatendo entre si e aí trazendo para essa reunião extraordinária a proposta das Câmaras e definindo as candidaturas e os participantes dessas Câmaras.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Como encaminhamento, Sr. Presidente, a sugestão do Conselheiro Mounir encarreguemos à Presidência de propor a eventual alteração nas Câmaras, distribua para os Conselheiros, solicita a inscrição nesse novo modelo *ad referendum* depois da reunião, pode ser que a gente cancele, se cancelar uma Câmara proposta pelo Presidente as inscrições caem e nós tendo mais inscrições do que vagas faremos votação nessa reunião extraordinária, de modo que aprovamos a mudança de Câmara, se for o caso, mudança de nome ou uma redistribuição e, ao mesmo tempo, elegeremos os Conselheiros. Fica da data do Sr. Presidente a convocação da nova reunião, sempre pedindo que nos solicite com certa antecedência, nos informe a nova composição das Câmaras, a Secretaria propõe o debate, tem uma noção do que se trata, a Secretaria de meio Ambiente faz a sugestão, o Presidente do Conselho faz

a sugestão de mais Câmara ou não e nós apresentamos para cada Câmara. Aí, na reunião aqui, confirmamos as novas Câmaras e elegemos...

O Sr. Conselheiro Márcio Fernando Nunes (Instituto das Águas):- Para complementar o Secretário Mounir e o Secretário Ricardo, concordo com o posicionamento dos dois e mais que isso, acho que todos os Conselheiros podem se manifestar e encaminhar para a Secretaria Executiva inclusive das Câmaras Técnicas que devem passar a existir daqui para frente e os temas exatamente. Cada um possa fazer a descrição para que o Secretário possa fazer uma avaliação.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- O calendário está na tela e proponho que deixemos definido a data de 30 de junho para essa reunião extraordinária e fixando o limite do dia 23 de junho para que haja o encaminhamento das sugestões, quanto aos possíveis temas que cada uma das Câmaras ficará responsável ou a criação de novas Câmaras Temáticas e os devidos temas respectivos.

O Sr. Conselheiro Ricardo Barros (SEIM):- Presidente, acho que teria que ser um pouco antes, porque o senhor receberá as sugestões, deliberará sobre elas e aí pedir ainda indicação das entidades, para informar a pauta da reunião quais as Câmaras propostas e que entidades estão se candidatando, porque talvez antes de chegarmos a votação aqui as entidades troquem apoio e resolvam a questão de termos mais candidatos que vagas. Se o senhor deixar para o dia 23 para receber as propostas, dar parecer e devolver aos Conselheiros para que, com as Câmaras novas ou não, pedir a indicação dos membros. Então, acho que talvez um pouco antes, uma semana antes.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Então, antecipamos para o dia 16 de junho. O Secretário João Batista fará o encaminhamento da correspondência imediatamente daí dia 16 fica o prazo limite para sugestões e dia 30 de junho a reunião extraordinária.

Eu só queria comentar com o Professor Garcias que, com a retirada da sua proposta, é óbvio que não fica comprometido os trabalhos pertinentes ao tema de saneamento, mudanças climáticas, acidentes naturais continuam em andamento, não há comprometimento.

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Presidente, queria dar uma sugestão. No caso de mais instituições terem interesse por um determinado assunto, de repente vai ter lá cinco, seis instituições querendo trabalhar o mesmo tema, então acho que cada um podia mandar um planinho 'b', uma segunda opção, porque como disse o Secretário Ricardo cada instituição terá que ter afinidade com o tema que vai discutir. Então, naturalmente todos nós teríamos interesse em discutir economia, em discutir biodiversidade, controle e

qualidade e assuntos jurídicos. Mas, então, sugiro que cada um encaminhe uma segunda opção para o próprio Secretário Executivo com sua equipe e o Presidente fazerem o desempate. É uma sugestão.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Fica acatada a sugestão da Conselheira Vânia, se mantém momentaneamente essa distribuição, faremos a reunião no dia 30, com o prazo do dia 16 para o recebimento de contribuições e 23 para as inscrições para as câmaras temáticas que será deliberada no dia 30.

Encerrando, portanto, a Ordem do Dia, vamos para a outra fase da nossa reunião que são Informes. Informes são informações e a Secretaria de Meio Ambiente junto com o IAP tem algumas informações a repassar para os Srs. Conselheiros.

Inicialmente solicito à Luciana e ao Reginaldo que farão o informe sobre o Plano de Controle de Poluição Veicular – PCPV e este ficará disponibilizado com o Secretário João Batista e também será publicado no site da Sema para conhecimento de todos visto da importância de o Conselho tomar conhecimento de algumas alterações que foram feitas no plano que tinha sido elaborado no ano anterior para um cumprimento de um prazo legal e sofreu alguns ajustes nesses meses iniciais do novo Governo.

A Sra. Luciana Sicupira Arzua (IAP):- Boa tarde. O PCPV é uma sigla, já estamos cansados de tantas siglas, é o Plano de Controle de Poluição Veicular. Ele é uma obrigação dos Estados por força de uma Resolução do Conama, a Resolução 418 de 2009. Essa Resolução traz critérios para elaboração desse plano e também critérios para programas de inspeção e manutenção de veículos em uso.

A definição dada ao PCPV Instrumento de gestão da qualidade do ar e foi previsto no programa nacional de controle da qualidade do ar, conhecido como PRONAR dos anos 1989 e também se soma ao programa nacional de controle de poluição do ar por veículos automotores, conhecido como PROCONVE. Temos carros que tem obrigação de evoluir em qualidade ao longo dos anos e os carros novos são licenciados pelo IBAMA. Só que não temos aplicado ainda o controle das emissões dos veículos em uso, que sofre desgaste, etc.

Essa Resolução inicialmente trouxe o prazo até novembro de 2010 para que todos os Estados entregassem os seus planos, mas em função da demora da produção do inventário nacional de emissão veicular, o nacional, que só foi publicado em janeiro, foi concedido um prazo adicional pelo próprio Conselho para junho de 2011.

Essa Resolução também solicita, e estabelece que o PCPV deve ser dado ciência ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, que é o que estamos fazendo aqui hoje.

Ele traz algumas condições, então este plano tem que ser feito com base no inventário de emissões de fontes móveis e monitoramento da qualidade do ar do Estado; visa a redução da emissão de poluentes, este é o objetivo principal; é obrigação dos Estados e municípios com mais de três milhões de veículos, no caso do Brasil apenas São Paulo enquadra nesta condição. Então, São Paulo naturalmente tem o seu próprio PCPV; e deverá ser periodicamente avaliado e revisto. Essa frequência mínima é de três anos, mas pode ser revisto, todo plano é passível de revisão a qualquer momento.

O PCPV-Paraná como está constituído? Ele tem os três primeiros capítulos, os senhores receberam aí uma cópia que trata de um esclarecimento: Introdução, Objetivos e considerações gerais. Esses três capítulos fazem um apanhado da legislação, fala do problema da poluição do ar e seus efeitos sobre a saúde, fala sobre monitoramento da qualidade do ar no Paraná. A nossa rede de monitoramento hoje é existente apenas na Região Metropolitana de Curitiba e fala da situação da qualidade do ar nessa rede de monitoramento. Traz todos esses dados relativos a problemática.

O Capítulo IV a metodologia de cálculo usado. Então, essa é uma metodologia desenvolvida pela UFPR, mas com base no inventário nacional. Quer dizer, se segue o mesmo critério do inventário nacional.

O Capítulo V faz uma abordagem bastante detalhada da frota veicular, como está distribuída, qual idade da frota, onde os carros estão, abordando todos os municípios do Estado, qual combustível eles usam, porque isso também é importante já que os limites de poluição são em função de idade, de combustível utilizado e assim por diante. E faz uma divisão do território paranaense para tratativa da coisa ou desse problema, ou para a busca de solução em seis macrorregiões, que depois vou mostrar no mapa logo em seguida pelas suas características, essas áreas são explicadas.

E, finalmente, o Capítulo IV trata do inventário em si que era uma das condições necessárias do PCPV.

Essas são as seis macrorregiões: Litoral, RMC, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel. O litoral de fato é uma região bem específica, tem muito pouco veículo, mas está geograficamente isolada e, além de tudo, recebe todo o fluxo de caminhões, de veranistas, então, ficou caracterizada como uma região do porte das outras, naturalmente a Região Metropolitana de Curitiba é onde há a maior concentração de veículos, as outras regiões são parecidas, mas o litoral,

por essa característica específica, mereceu uma tratativa como uma região a ser abordada pelo plano também.

O Capítulo VII fala da inspeção veicular. Então, fala das emissões, da distribuição da tipologia de veículos circulantes no Estado, como vem se desenvolvendo o crescimento da frota e as características dessa frota, entra em detalhes. E propõe ou estabelece o início da inspeção para a Região Metropolitana, começando com cidades que tenham mais 25 mil veículos. Tem que começar devagar, porque o Estado precisa se preparar para receber unidades de inspeção, por exemplo, as nossas oficinas terão que ter tempo para dar conta de fazer ajustes de veículos numa quantidade diferente do que é feito hoje e, além de tudo, a região metropolitana de Curitiba tem dados da qualidade do ar. É importante que este programa seja avaliado periodicamente, inclusive com seus efeitos benéficos esperados sobre a qualidade ambiental.

E propõe uma expansão gradativa para todo o Estado. Essa expansão se dará inicialmente para o interior do Estado com cidades com 30 mil veículos para mais e gradativamente será ampliada até o ano de 2018 onde toda a frota do Estado será inspecionada. Está estabelecido um cronograma bastante detalhado, onde se iniciam com os veículos inspecionados dentro ainda desses critérios de número, começando com a frota mais poluente, que é aquela que normalmente usa ciclo Diesel, são veículos de uso muito intenso e depois passado para o ciclo Otto, até por causa daquela questão que coloquei de que os serviços vão acompanhar essa capacidade de resposta de serviço.

Então, tem um cronograma bastante detalhado até 2018, prevê a necessidade de um convênio com o DETRAN, prevê a integração com programas de inspeção de segurança – temos no Código de Trânsito a previsão de inspeção de segurança. Por falta de regulamentação do CONTRANS, isso ainda não está regulamentado, então eles não conseguem impulsionar o programa. Mas os dois, tanto o Código de Trânsito quanto o Conama, prevêm que essas coisas, para não tumultuar a vida do cidadão, tendam a ser feito em conjunto. Como meio ambiente sairá na frente, vamos aproveitar aquelas instalações que já existem para casos muito especiais e depois, através de convênio, assinar os dois programas quando o CONTRAN regulamentar adequadamente a questão da segurança. Traz também algumas características que terão que ser observadas. Por exemplo, 50km como raio máximo para que o cidadão se desloque, senão vira uma viagem. Só em casos excepcionais é que poderia se admitir mais do que isso, mas o recomendado são 50km. Também o tempo de espera no centro de inspeção não ultrapasse 30 minutos ou algumas recomendações, a localização

não deve impactar tráfego, por exemplo, acumular muita gente num determinado ponto.

Então, o PCPV já prevê algumas coisas. Esses são exemplos apenas, que já se traga ao conhecimento existente sobre o assunto dentro desse plano.

E, finalmente, o Capítulo VIII traz uma conclusão, mostrando que há necessidade de expansão da rede de monitoramento da qualidade do ar para o Estado – isso está previsto para quais cidades, em função de população e frota veicular; ampliação da rede da região metropolitana - tem muita coisa manual, ainda dá para melhorar; a necessidade de se ter bons sistema de informações integrados com a do DETRAN – as informações tem que ser simultâneas; prevê que recursos advindos da inspeção, parte dele sustente o monitoramento – é uma ação bastante cara, mas a população consegue compreender quando se submete ou submete o seu veículo a uma inspeção, que benefício ela tem depois no retorno, para avaliar a eficácia desses programas; a obrigatoriedade de se atualizar o inventário todos os anos e a avaliação periódica do PCPV – que no mínimo são de três anos, mas que eventualmente pode ser feita em intervalo menor.

Era isso.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Meus agradecimentos à Luciana e cumprindo uma determinação legal, portanto, está dado ciência ao Conselho Estadual do Meio Ambiente o Plano de Controle de Poluição Veicular.

O outro informe é sobre o programa de Bioclima que a Mariese e a Themis farão a apresentação.

A Sra. Mariese Cargnin Muchailh (SEMA):- Boa tarde a todos. Sou Mariese, Coordenadora de Biodiversidade e Florestas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e juntamente com a Themis, Coordenadora de Mudanças Climáticas vamos apresentar o trabalho que vem sendo desenvolvido desde o início na elaboração do Programa Bioclima.

O objetivo desse programa primeiramente é estabelecer estratégias e mecanismos inovadores que visam a conservação da biodiversidade e minimizar os impactos das mudanças climáticas. Esse objetivo vem justamente ao encontro dos acordos internacionais que o Brasil já faz parte, como a Convenção da Diversidade Biológica – CDB.

O programa foi desenvolvido em três principais componentes técnicos: ações para conservação e recuperação da biodiversidade, ações para minimizar os impactos das mudanças climáticas e desenvolver novos mecanismos de incentivo à conservação.

Alguns outros temas transversais são necessários como termos um arcabouço legal, uma legislação própria que preveja novos mecanismos, ações de monitoramento da biodiversidade, ações de difusão, capacitação e pesquisa e também uma ação de gestão do programa, que seria um programa coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente.

Aqui são detalhes da composição e não vou me deter com relação à atribuição de cada componente, mas dar uma visão mais geral. É um trabalho que está em elaboração e que na verdade terá várias instituições envolvidas como o Instituto Ambiental do Paraná – como executor, Águas Paraná, Mineropar, Simepar, ITCG, enfim, todas essas ações serão planejadas, como já estão sendo planejadas conjuntamente com essas instituições e depois ser implementadas por essas instituições conjuntamente com outras Secretarias de Governo.

Então, esses componentes divididos nos levarão a termos uma forma mais eficaz de monitoramento e adaptação às mudanças climáticas.

Com relação aos itens de conservação da biodiversidade, o que está previsto no programa? Primeiro realizar o planejamento da paisagem, ou seja, estar podendo usufruir de um planejamento mais consistente com base num monitoramento de satélite e todo o planejamento que o próprio zoneamento ecológico e econômico vai nos subsidiar, a questão da gestão e administração das unidades de conservação, a recuperação dos ecossistemas e ambientes, enfim, a readequação dos programa mata ciliar, a constituição de corredores de biodiversidade nas áreas que forem definidas pelo planejamento como aquelas sendo as mais importantes; também ações para proteção de espécies de relevante interesse para conservação e também com relação aqueles ambientes naturais não protegidos. Ou seja, tentar fomentar, incentivar para que o agricultor tenha algum incentivo econômico, financeiro para conservar as florestas em suas propriedades. Aí que vem o diferencial dos programas, realmente é a forma de incentivo econômico.

Vou passar para a Themis apresentar o componente de mudanças climáticas.

A Sra. Themis Piazzetta Marques (SEMA):- Boa tarde. Continuando, no componente de mudanças climáticas dividimos em dois itens: Economia de baixo carbono – e até foi comentado, não queremos que seja uma forma de punir os empresários ou qualquer atividade. Queremos que elas aconteçam, mas de forma de baixo carbono. Com isso orientaríamos com a instituição da Lei Estadual sobre Mudanças climáticas, já trabalhamos nesta lei no Governo passado, mas agora com a criação do bioclima, como ela não chegou a ser aprovada na Assembléia, aproveitamos para segurar na Câmara de Ecologia e Meio ambiente

da Assembleia, para trabalharmos a lei no formato de Bioclima. Terminaríamos essa lei e passaríamos para implementação, a própria lei prevê o Plano estadual de Mudanças climáticas e prevê o inventário de emissões. Então, está tudo previsto na própria lei. Prevemos também a redução de emissão de GEE no Estado, acompanhando junto às indústrias, até aí vamos fazer um trabalho junto na **DEPAN** no IAP.

Desenvolvimento de Tecnologias de baixa emissão de carbono incentivado; Parcerias público/privadas para fim de resgate de carbono estabelecidas – porque a ideia é a empresa ou o evento que fizer um inventário apresenta uma proposta de mitigação da emissão e orientamos na recuperação junto com a Coordenadoria de Biodiversidade no incremento das unidades de conservação e recuperação de áreas degradadas; Sistema de compensação das emissões estabelecido; e, empresas estimuladas ao processo de certificação. E também é previsto, porque a mudança climática sempre trata esses dois eixos da mitigação e adaptação, seguindo o modelo que é adotado mundialmente e nacionalmente, no plano nacional, estamos seguindo o mesmo modelo, então para a mitigação, que já vimos, e também com a adaptação dos ecossistemas aos impactos causados pelas mudanças climáticas. Então, seria um plano integrado de adaptação às mudanças climáticas concluídas e implementação. Para esse plano é necessária a elaboração de um mapa de vulnerabilidade que, também, com o Bioclima, vamos tentar propor a contratação desse trabalho, considerando setores da sociedade e regiões a serem adaptadas aos impactos. Então, quer dizer, esse mapa de vulnerabilidade dará as áreas mais críticas e nessas áreas teremos que ter um trabalho de priorização.

A Sra. Mariese Cargnin Muchailh (SEMA):- Voltando à questão dos incentivos à conservação, uma questão bastante importante é o pagamento por serviços ambientais, que o programa prevê, e prevêem três mecanismos, pagar por biodiversidade, unidades de conservação e por recuperação - formação de corredores ecológicos. Traduzindo de uma forma bem simples: biodiversidade seria o proprietário que preservou além da reserva legal. Hoje temos casos em que o cidadão é chamado de bobo, porque preservou além dos 20%. Então, ele tem na sua propriedade tudo certinho e ele tem um mais, então esse a mais nós contemplaríamos.

Outra questão também com as unidades de conservação, tem propriedades particulares onde o cidadão registrou em cartório a área com uma restrição maior que a reserva Legal, ou seja, ele formulou um reserva particular do patrimônio natural. O Estado do Paraná é o Estado que mais têm no Brasil essas áreas e também o cidadão se comprometeu voluntariamente, registrou a sua vontade de

preservar essas áreas. Então, esse também é um cidadão que merece ter o nosso reconhecimento público. E, por fim, a questão da recuperação, ou seja, a pessoa que quer fazer uma ação de restauração e para isso merece ter um incentivo de forma incremental formando corredores de biodiversidade. Hoje temos as nossas unidades de conservação bastante isoladas, digamos assim, e a formação de corredores é a única estratégia de forma voluntária que pode resultar em bons ganhos.

A servidão/compensação da reserva Legal, até por isso o programa não está um pouquinho mais à frente, em função do Código Florestal realmente precisamos ter a norma federal estabelecida para estabelecer como Bioclima vai atuar nessa função.

Os outros itens são: a certificação das empresas; o ICMS Ecológico dá um novo enfoque uma reformulação no ICMS Ecológico; e estudar novos mecanismos de incentivo à conservação.

A questão do monitoramento ambiental talvez é a mais importante de todo esse programa, porque atualmente tanto o IAP e a Secretaria de Meio Ambiente tem uma necessidade de implementar um sistema de monitoramento bastante moderno que hoje o Estado do Paraná não consta.

Outro aspecto é a necessidade de formulação de um arcabouço legal para o Bioclima funcionar, a Lei do Pagamento dos Serviços Ambientais, a Lei das Mudanças Climáticas, a remodelação da Lei do ICMS Ecológico e a questão da nova normatização da reserva Legal. Com a alteração do Código Florestal os dois decretos regulam a questão da reserva Legal no Paraná terão que ser refeitos e reformulados em função da nova regra. Então terá que ser feito um novo arcabouço legal.

Ai tem a questão da comunicação, enfim, fazer as campanhas, a capacitação técnica, termo de cooperação e fazer um grande programa de pesquisa. São Paulo fez um programa modelo que pretendemos nos assemelhar, não copiar, mas aproveitar o que tem de bom, que é direcionar as pesquisas para as necessidades. Hoje o IAP às vezes precisa contratar, a Secretaria tem que contratar determinados estudos e nada melhor do que incentivarmos a essas demandas com esses programas de pesquisas.

Vou falar um pouquinho do cadastro do Bioclima. As propriedades que cadastrarem o programa poderão ser beneficiadas com ele, tanto por pagamentos por serviços da biodiversidade como por compensação da reserva Legal ou até, querendo transformar a sua propriedade ou parte em uma unidade de conservação privada, como RPPN, como realmente pretendemos estimular ou pública.

Aqui é um panorama da questão da compensação da reserva Legal. Hoje temos vinte agrupamentos de municípios, não se consegue fazer a compensação de um local para outro e o que se espera é que, com a alteração do Código Florestal - não que esteja aqui defendendo, não é isso, mas em função da alteração do Código Florestal, vamos olhar o panorama do Estado do Paraná e verificar o melhor mecanismo para a implementação das compensações por reserva Legal e servidão.

O grande desafio do Bioclima é exatamente lincar as propriedades que possui a biodiversidade, detentores dessas áreas que conservam a biodiversidade com os usuários da biodiversidade. Ou seja, quem passa, quem usa e quem usufrui do serviço do meio ambiente.

Temos mapeado as áreas mais importantes, as áreas estratégicas para conservação e também aquelas estratégicas para a recuperação do Estado do Paraná. Temos os detentores de biodiversidade, proprietários que possuem as suas áreas, e temos os empreendimentos que vêm impactando, como as indústrias, as PCH's, uma serie de empreendimentos que usam a biodiversidade.

Pretendemos de um lado a redução, o monitoramento e a mensuração do impacto desses empreendimentos, que essas empresas voluntariamente procurem a sua certificação ambiental aderindo ao programa Bioclima e com essa adesão teriam um residual, ou seja, um valor a contribuir, que estamos chamando de biocrédito, e esse serviria para o pagamento de serviços ambientais. Ou seja, pagar aquelas propriedades que detêm a biodiversidade.

Ao Estado compete gerenciar e facilitar esse processo, ou seja, facilitar indicando, tendo um banco de dados de quais áreas importantes para conservar e indicar o pagamento para essas áreas. É fazer essa facilitação, essa mediação entre quem possui a biodiversidade e aquele que usufrui a biodiversidade. Isso é, nada mais, um pouco que se fala mundialmente em REDD, ouvimos muito falar de os países ricos pagarem para aqueles países e o Brasil foi um dos que propôs isso na última conferência, mas que até agora não se operacionalizou no mundo. Então, estamos pretendendo fazer um sistema que no Estado do Paraná os empreendimentos, as empresas ajudem a conservar a biodiversidade, que serviria de exemplo até em nível mundial de mecanismos de REDD em funcionamento com uma intervenção do Governo como facilitador.

Quais expectativas diferenciais para o programa? A primeira é ter um programa autossustentável, sem necessidade de financiamento de bancos internacionais, que acabasse esse recurso, onde se tem um recurso estanque, acabou o dinheiro, acabou o projeto e vão todos embora e ficamos na mesma, como vimos várias vezes; incorporar essas práticas no mercado - hoje a Themis

recebe ligação: “Olha, quero neutralizar o meu carbono de evento”, aí ela corre para mim: “Mariese, onde vamos plantar essas áreas?”. Queremos plantar aqui, se tivermos dinheiro para plantar dez mudas essas dez mudas são importantes plantarmos aqui. Se quiser fazer a neutralização como uma área já existente temos essa reserva aqui, ou seja, o Estado tem um cardápio de alternativas para esse cidadão que quer neutralizar o seu carbono. Podemos até falar que existem mega eventos, mega empreendimentos que querem fazer e isso é muito, não são dez áreas, isso realmente representa muito.

E também queremos estabelecer uma forma bastante responsável desse mecanismo de pagamento por serviço de biodiversidade, ou seja, que seja uma coisa muito clara, muito limpa, transparente para que todos saibam quem está pagando e quem está recebendo. Por isso, a primeira questão que iremos formular é o banco de dados de livre acesso na internet, ou seja, a pessoa terá o mapa do Paraná, as empresas que estão colaborando e por outro lado as propriedades que estão recebendo por essas áreas.

Com relação aos resultados esperados, proporcionar integração entre usuários, beneficiários e provedores de biodiversidade; ter uma ação Incremental à legislação, ou seja, a pessoa está fazendo um a mais, um *plus* com relação à sua propriedade e também, com isso esperamos incrementar a cobertura florestal, manejo sustentável e o resgate de gases GEE no Paraná.

A etapa atual desse projeto está em planejamento, já temos esses resultados esperados, estamos na fase de estabelecimento de metas e orçamentação e já envolvemos muitas instituições, mas estaremos trabalhando mais focado com a SEMA, IAP, ITCG, ÁGUAS PARANÁ, MINEROPAR e SIMEPAR para a conclusão desse programa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Agradeço a Mariese e a Themis.

E temos mais um informe que é sobre a Escola Parque e o Paulo Roberto Castella fará uma apresentação sucinta e, na sequência, temos mais três informes, todos rápidos, sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, Descentralização de Licenciamentos Ambientais e sobre a deliberação do Fundo Estadual de Meio Ambiente, cuja reunião foi hoje pela manhã.

O Sr. Paulo Roberto Castella (SEMA):- O Projeto Escola Parque é muito sucinto, pretende, nos mesmos moldes da Escola Parque de Foz do Iguaçu e Parque Nacional.

Qual a filosofia da Escola Parque? Seria um processo de orientação e articulação de diversas oficinas. Destaco nessa colocação da percepção integrada do meio ambiente. Então, é nada mais do que levar alunos, grupos para dentro de

uma unidade de conservação e dentro dessa unidade de conservação poder ofertar algumas oficinas e levar grupos numa trilha interpretativa, escolhida, pensada e articulada para a questão da percepção deste grupo com a questão ambiental nesta perspectiva integrada do sentir a natureza. Então, pretende uma educação ambiental permanente, transformadora, crítica e voltada à cidadania ao cumprimento da Constituição Federal.

Como pressupostos da Escola Parque, teríamos: a interconexão das linhas temáticas, respeitando os diferentes níveis de formação e de experiências do público alvo direto; aproveitamento dos materiais informativos educativos das unidades de conservação; estimulando à sistematização de saberes tradicionais - este é um ponto, porque pretende chamar as comunidades do entorno e fazer essas oficinas e sistematizar esses saberes locais e transformá-los numa difusão, numa divulgação para todo o Paraná; o intercâmbio de saberes; autoavaliação e avaliação continuada dos e pelos envolvidos; e a questão do fomento a todas as formas regionais e locais de multiplicação e comunicação, tudo através de oficinas planejadas.

Ações pensadas, conhecendo o Parque Estadual de Vila Velha – esta ação se desdobra em atividades que vai desde a capacitação de professores municipal e estadual de ensino à capacitação voluntária para receber esses grupos e atender de forma adequada. Então, é uma ação articulada com a Secretaria Municipal de Educação, através do núcleo de educação da SEED. Então, não é só sistema Sema para educação de forma articulada. Semana de datas Alusivas ao Meio Ambiente - neste caso específico do Parque Estadual de Vila Velha foi pensado numa atividade, porque o Parque é cortado pela BR-376 e no trecho onde começa o parque tem uma placa que poucos a percebem: “Reduza a velocidade, você está entrando numa unidade de conservação”, pouca gente percebe o pedido da redução da velocidade e acontece muito atropelamento de animais silvestres. Então, essa é uma atividade articulada com a Polícia Rodoviária Federal na distribuição de material de informação e comunicação aos usuários dessa rodovia que acaba cortando o Parque Estadual de Vila Velha. A gincana ecológica – para estimular os alunos, e tanto conhecendo o parque quanto participando da gincana é a questão de estimular as crianças ou esse grupo recebendo um certificado de participação assinado pelo Secretário de Meio Ambiente, pelas autoridades locais como um voluntário nas ações ambientais. E depois a questão do fortalecimento do Sistema de Gestão – é a capacitação dos conselheiros, porque cada unidade de conservação tem um Conselho Gestor. Então, para que pudéssemos fortalecer esse sistema de gestão estaremos promovendo a capacitação desses conselheiros pelo fim que deve ser atingido.

Essa é a minha base.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Agradeço ao Engenheiro Castella. E já no encaminhamento do Márcio que vai falar sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, gostaria de dar mais um complemento à informação do Castella e dizer que a pretensão daquele Programa Escola Parque é que todos os alunos, todos da rede estadual e também das redes municipais, tenham a oportunidade de pelo menos um dia ao ano visitar uma unidade de conservação. E já conforme acordo com o Presidente do IAP, Sr. Tarcísio, vamos buscar a utilização de recursos das compensações ambientais, dos licenciamentos ambientais na expectativa já confirmada de muitos empreendimentos que serão licenciados este ano e, portanto, a questão dos recursos financeiros está praticamente equacionada para executar esse programa.

Então, o Márcio vai apresentar Política Estadual de Resíduos Sólidos.

O Sr. Conselheiro Márcio Fernando Nunes (Instituto das Águas):- Boa tarde a todos mais uma vez, é uma satisfação enorme estar aqui reunido com o Conselho Estadual e falar em nome do Instituto das Águas do Paraná, do sistema Sema. Acho que todos conhecem o sistema, Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná, compostos por três institutos: Instituto das Águas, IAP e ITCG.

A SEMA é que edita as normas, traça política, o ITCG tem algumas características especiais na área da regularização fundiária e zoneamento econômico ecológico, o IAP faz a parte de fiscalização, monitoramento, e o Instituto das Águas do Paraná é o braço operador do sistema SEMA.

Foi-me pedido para falar sobre a questão dos resíduos sólidos. O Instituto das Águas do Paraná é responsável por toda a parte de saneamento, água, esgoto, macro e microdrenagem e a questão dos resíduos sólidos, os quatro pilares do saneamento.

Vamos tratar especificamente dos resíduos sólidos. Só que quero fazer dois adendos. Primeiro dentro do Instituto das Águas e dentro do sistema Sema tem dois projetos muito importantes sendo desenvolvidos, um é o Proezas, que o Jonel se referiu no início, não vou apresentá-lo aqui porque demandaria muito tempo e já foi apresentado o Bioclima.

O Proezas é um programa diferente dos demais, porque é um programa que perpassa vinte Secretarias do Estado, oitenta técnicos participando. É um trabalho muito grande, um trabalho transversal e dentro do Proezas, que é um Programa Estadual de Água e Solos Rurais, que inclusive é um GP que vai funcionar dentro da Secretaria De Agricultura, nem dentro da Instituto de Meio

Ambiente não é, ele tem um invés muito importante, produtivo e que vai melhorar e muito a qualidade de vida do homem no campo e vai mostrar a interface que existe entre a qualidade de vida no campo e a qualidade de vida na cidade.

Mas só do Proezas quero citar apenas um programa, que é o Programa Mina D'água. O Programa Mina D'água é o São João Batista do Bioclima, ele é o que vem antes do Bioclima para preparar o ambiente. Por quê? O Programa Mina D'água é muito mais simples inicialmente que o Bioclima. Nós vamos pagar pelos serviços ambientais por mina d'água. Então, aqueles que preservaram as suas minas d'água vão receber um valor financeiro do Governo do Estado, dentro de sessenta dias já começa esse trabalho em regiões de manancial, área de DH baixo, onde tem o Comitê de Microbacia implantado, bacia leiteira, suinocultura, agricultura e pequenos projetos de irrigação.

Então, ele é muito mais simples que o Bioclima e já tem recursos inclusive assegurados para fazer este pagamento. Neste primeiro ano vamos pagar cinquenta mil minas, vamos atender quarenta mil produtores rurais e cada produtor vai receber de vinte e cinco a setenta e cinco reais por mês por mina d'água até o número de sete minas d'água por propriedade. Por exemplo, se tiver sete minas d'água na propriedade vai receber trezentos reais por mês e o recurso já está garantido.

Então, continuamos com o poluidor sendo o pagador, quem poluiu paga, se uma empresa vai se instalar tem que fazer um licenciamento ver se o impacto paga por isso, mas o cuidador, o recebedor já começa a receber alguma coisa. Então, aquelas pessoas que cuidaram, preservaram o meio ambiente começam a receber.

Então, vou falar só sobre mina d'água e depois nas próximas reuniões do Conselho podemos falar melhor dele.

E outra coisa muito importante que está sendo desenvolvida dentro do sistema Sema é o sistema de monitoramento alerta e mitigação de eventos críticos, eventos severos, eventos naturais. A Gazeta do Povo trouxe há uns tempos e isso tem sido muito debatido, especialmente depois dos eventos que aconteceram em nosso litoral, o Paraná está exposta a catástrofes naturais. Então, vamos fazer um trabalho muito grande nesse sentido em prevenir, monitorar e transformar a vazão em quantidade de água dos rios, quantidades de chuvas e invasão para fazer monitoramento, porque sabemos que hoje temos uma população muito grande morando em área de risco no Estado do Paraná, inclusive por que os eventos recorrentes hoje em chuvas severas são muito superiores ao que havia há vinte e cinco anos. Mas também é projetos que foram

licenciados há vinte, vinte e cinco anos atrás, que eram áreas seguras, devido a impermeabilização do solo hoje não são mais locais seguros.

Então, tem toda uma situação para ser revista. Aí: “Ah, mas é muito fácil, e só tirar essas pessoas que estão em áreas de risco! Tira da área de risco e está revolido o problema”. Se fosse tão fácil assim era só retirar, mas o problema é muito grave, muito grande inclusive porque o Estado e os municípios estimularam as pessoas a ocuparem algumas áreas e hoje tudo isso tem que ser revisto.

Então, esse sistema de monitoramento alerta será trabalhado também com muita atenção pela SEMA e pelo Instituto das Águas do Paraná.

Mas agora vamos falar o que interessa, o Jonel pediu para que eu falasse hoje sobre os resíduos sólidos. Vou procurar ser bastante sucinto, temos vários slides aqui, vamos vou procurar pontuar em quatro pontos principais. Não vou falar sobre a política como um todo, porque é uma lei nova, foi implantada em agosto de 2010 e o Decreto foi promulgado pelo Presidente Lula no dia 23 de dezembro de 2010. Não vou discorrer sobre a lei como um todo aqui, mas vou citar alguns pontos que acho importantíssimo que inclusive estou com a cola aqui no bolso.

Primeiro a questão da educação ambiental. Sem educação ambiental não vamos chegar a lugar nenhum, então o pilar da nova lei é educação ambiental pra valer. O Castella já mostrou aqui o programa que será desenvolvido e foi aprovado pela gente, tem que ser um trabalho muito forte, por quê? Sem educação ambiental não tratamos do pilar básico, que é a reciclagem. Se não houver educação ambiental para valer - sempre tenho dito o seguinte: educação ambiental não tem data para acontecer. Tem que acontecer todos os dias e tem que acontecer todos os dias na escola dentro da escola, com campanhas institucionais, em cada uma das empresas aqui representadas, pelo Governo do Estado, pela sociedade, pela família, pela igreja, por todos os entes da sociedade tem que estar praticando isso com muita força para que possamos, através da deliberação ambiental, criar o primeiro passo que é a reciclagem. Evitar que vários bens que possam ser reciclados vá para aterros sanitários e vá enchendo os aterros sanitários e vão se transformando em lixões. Inclusive temos na frente alguns slides que mostram isso, mas nem vou chegar lá.

Então, a questão da educação ambiental, como um grande pilar e como um primeiro passo para todo o processo de reciclagem e depois para compostagem também, quando se faz necessário, apesar da compostagem ser muito criticada em alguns meio, existe uma dificuldade muito grande de dar destino a esses materiais de compostagem, mas também é um trabalho que não pode ser

desprezado e que ter que ser muito melhor estudado para que os nossos aterros sanitários voltem só o que chamamos de rejeitos, evitando que os aterros sanitários se tornem lixões. E o Ministério Público hoje sempre muito em cima dos prefeitos que são os grandes responsáveis por cumprir essa legislação.

Outra coisa que é fundamental nesta legislação é a questão da regionalização. O que é regionalização? Estamos falando aqui em aterros sanitários, de compostagem, de reciclagem, mas existe hoje um slide que mostra claramente que aterros sanitários com menos de 30 mil habitantes numa cidade, esses aterros sanitários são inviáveis de serem operados economicamente. E quando se fala que aterro sanitário não é economicamente viável de ser operado ele não é sustentável. E não sendo sustentável alguém paga a conta, e quem paga a conta são sempre aqueles que mais precisam. Todas às vezes que se gasta o pouco dinheiro que o Estado tem, os poucos recursos que o Estado tem – e quando falo Estado, falo município, Estado e União, se estiver gastando mal os recursos está se tirando daquelas pessoas ou de alguma área que precisa mais.

Então, como tem um estudo que mostra claramente, como temos aqui, o custo de implantação de aterros e o custo de operação de aterros sanitários, mostrando claramente que com menos de 30 mil habitantes os aterros sanitários são inviáveis. E tivemos uma reunião em Brasília com o Jonel e de lá eu voltei com o pensamento muito firme, temos que seguir a política, o Estado tem que seguir a política nacional, e os municípios têm que seguir a política estadual, porque nós adaptados, os municípios, o Estado e a União, possamos resolver os problemas, porque o nosso problema não é construir aterro sanitário ou quando um prefeito procura a gente ou procura a Funasa, a SEDU que financia aterro sanitário, que simplesmente se forneça o aterro sanitário para este prefeito, por exemplo. Estar-se-á dando um presente se grego, porque um aterro sanitário que custa cem, cinquenta mil reais, custa 40 mil reais por mês para ser operado.

Então, hoje, o Governo Federal procura achar uma organização que trata como consórcios, outros tratam como arranjos - eu prefiro tratar como arranjo, um arranjo territorial ótimo naquele em que se possa criar uma distribuição sustentável para os seus resíduos sólidos. Temos alguns bons exemplos no Estado do Paraná, por exemplo, a cidade de Cianorte a Sanepar assumiu o aterro sanitário e já tem o município de terra Boa que está dispondo o seu lixo nesse município. Então, Terra Boa não tem mais aterro sanitário, outros municípios querem entrar, tivemos junto com a Carla no Sudoeste, em Nova Esperança, vimos lá uma experiência bastante interessante onde a iniciativa privada licenciou um aterro sanitário e já tem convênio com 19 prefeituras, 19 prefeituras que estão depositando resíduos sólidos nesse particular. E aí achei uma coisa

muito interessante, todos os 19 municípios que participam desse projeto que chama Sabiá Ecológico fazem a reciclagem com muita força. Todos os municípios! Inclusive empresa entrega um sacolão, tipo de um begue amarelo, em todas as casas para façam a reciclagem e quando ele passa simplesmente faz a troca, entrega outro begue e pega aquele. Faz toda a parte da reciclagem, organizando os catadores, etc., mas o que me chamou a atenção e que me pareceu um modelo bem inteligente que em alguns municípios, o município faz a reciclagem e faz a coleta, a coleta ainda é municipal, e apenas deposita o lixo do aterro sanitário licenciado particular. Em outro município a coleta já é terceirizada para outra empresa, em outro município a coleta municipal são os empresários que fazem, então dá uma oportunidade de arranjo muito grande.

Então, acredito que a iniciativa privada participando, acredito que os consórcios municipais surgindo em algumas regiões, em alguns locais será possível isso, onde tem associações de municípios mais organizadas os prefeitos já estão se agrupando em consórcios e acredito que esses consórcios sejam também uma boa saída. Então, essa questão dos agrupamentos acho que ficou bem claro.

Um aterro sanitário para um município de quinze, dezesseis mil habitantes é uma solução que demonstrar inviável, não vou dizer 100%, porque todos os casos têm a sua exceção. Existem municípios de quinze, dezesseis mil habitantes ou até menos que isso, que através do trabalho, do capricho muito grande do prefeito, na reciclagem, na compostagem ainda se consegue ter um trabalho diferenciado, mas não é regra. A regra geral é quem tem trabalhado sozinho na questão resíduos sólidos sempre tem criado um série de problema, tanto é que os mapas demonstram que 90% dos recursos investidos pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal, em nível de Brasil e em nível de Estado do Paraná, foi um dinheiro jogado fora porque os aterros sanitários viraram lixões e hoje o Ministério Público tem feito uma cobrança muito grande em cima disso. Então, uma política de regionalização, inclusive temos tido recursos para isso, não é Jonel, para fazer um plano de regionalização, procurar o melhor arranjo, mas sempre tenho dito à Carla, que é Diretoria de Resíduos Sólidos do Instituto das Águas: Olha, temos que escutar os prefeitos, a população, porque na verdade eles são quem sabe quais os melhores arranjos, a melhor maneira para isso acontecer.

Não é pensarmos que nós aqui em Curitiba, fechado aqui ou contratando a melhor empresa de consultoria que vamos conseguir resolver esse problema. Então, o nosso problema não é construir aterro sanitário, é resolver a destinação dos resíduos sólidos do Estado do Paraná.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Só lembrar que você esqueceu de falar das associações dos catadores nos arranjos. Você citou dois modelos e na verdade são quatro, cinco modelos.

O Sr. Conselheiro Márcio Fernando Nunes (Instituto das Águas):- Quando eu falei da reciclagem, me penitencio, quando falei do Projeto Sabiá Ecológico, na minha concepção, já está implícita que temos que trabalhar, claro, com muita força essa questão dos catadores, dos arranjos. E não esquecendo que, na nossa visão, não se pode usar a Associação dos Catadores para exploração do ser humano. Como temos visto por aí em muitas ocasiões, vemos a imagem do ser humano sendo explorada em Associações de Catadores. Quer dizer, sempre temos que colocar a população mais carente, mais humilde numa situação de melhoria de qualidade de vida e não de manutenção de *status quo* de catadores de lixo. Então, é um trabalho muito forte, a partir do momento que se faz a reciclagem, que se trabalhe com os catadores, mas sempre pensando que essas pessoas possam evoluir e sair dessa situação de miséria em que se encontra.

Outra coisa muito importante que traz essa política, é a questão da política reversa do lixo, dos resíduos sólidos. O que pé política reversa? É onde os industriais, os produtores de qualquer tipo de matéria-prima, no pós-consumo, tem o dever de destinar o seu resíduo sólido. Por exemplo, o pessoal que trabalha com refrigerante, o pessoal que trabalha com cerveja, o pessoal que trabalha com informática, todas essas pessoas, a partir da nossa legislação, são responsáveis por dar destino a esse trabalho. Aqui no Paraná já vinha sendo feito um trabalho anteriormente agrupando algumas associações e criando alguns grupos de municípios que tinham uma força maior de aglutinação de resíduos sólidos, porque o Plano CT é uma política reversa e tem que ter volume, já era feito mas a lei não existia. Então, agora, como existe a lei, temos que ter um trabalho de cobrança e aqui no Estado do Paraná, a pedido do Secretário de Estado Jonel Iurk, vamos ser muito mais restritivos do que o Brasil. Vamos procurar andar muito mais rápidos do que o Brasil vai andar, porque na nova legislação até 2014 tudo isso tem que estar resolvido, não pode ter lixo, a política reversa tem que estar implantada. E nós aqui no Paraná vamos dar velocidade a isso, não esquecendo que nós todos somos desenvolvimentistas, ninguém aqui quer prejudicar nenhuma empresa ou coisa parecida com isso, queremos que as empresas venham para o Estado do Paraná e se instalem aqui, mas muito claramente temos que ter a situação de cumprir a lei de política reversa.

No dia 15 já temos a primeira reunião com a ABIR – Associação de Bebidas e Refrigerantes Não Alcoólicas, e trará uma série de grupos junto com

ela nessa reunião, e a nível nacional, Governo Federal, criou cinco grupos temáticos para discutir a questão dos resíduos sólidos no Brasil. Inclusive temos várias pessoas no Estado do Paraná participando desses grupos. São cinco grupos que foram distribuídos e aqui no Paraná da mesma forma que isso, também vamos criar as Câmaras Técnicas, os grupos temáticos para que possamos discutir isoladamente cada um dos setores. Por exemplo, o setor. Por exemplo, o setor de embalagens. Só este setor é um setor magnífico, enorme, muito grande para ser trabalhado, a questão dos equipamentos de informática, a questão de pneus, só que vamos trabalhar de maneira separada.

E num trabalho preliminar que vamos apresentar inclusive para o Jonel Iurk semana que vem ou esta semana ainda, tem algumas situações que o Paraná já está avançado em relação aos outros ao que o Brasil está pensando. O Brasil está montando cinco grupos temáticos, nós vamos trabalhar quase dez. Então, vamos trabalhar algumas situações que o Governo Federal não tem trabalhado, mas esse é um trabalho que vamos demonstrar mais à frente.

Isso aqui é uma coisa muito interessante que a Carla colocou aqui para me lembrar, quando a gente fala na questão da política reversa, tem uma política que já está há mais de dez anos implantada no Estado do Paraná que é a política reversa das embalagens de agrotóxico. Esse modelo é um modelo que será a base para todo o processo. Só que este é um processo que achava que era sustentável até receber o pessoal da INPEV. Sou engenheiro agrônomo, sou agricultor e sei que há bastante tempo este problema está praticamente resolvido no Estado do Paraná, 98% das embalagens de agrotóxicos que são vendidas no Estado do Paraná são recicladas.

Então, é um processo que existe uma participação muito grande dos agricultores com a triplíce lavagem, os agricultores participam, as geradoras, as empresas fabricantes participam e os distribuidores participam. E existe uma certificação, a partir do momento que você fez a compra de um determinado agrotóxico você já tem inclusive na ART, quando o engenheiro agrônomo faz o seu receituário, o local onde este lixo será destinado. Então, a questão das embalagens de agrotóxico é uma linha muito legal, é uma linha que acho que vai basear todo o restante do trabalho da política reversa. Este trabalho aqui no Paraná é um trabalho muito interessante.

E para finalizar, é outro assunto muito importante que não está resolvido aqui no Estado do Paraná que é a questão dos resíduos sólidos da construção civil. Temos um problema seríssimo hoje com os resíduos sólidos, sempre quando falamos sobre resíduos sólidos estamos pensando sempre no lixo, no lixo reciclável, no lixo orgânico, no rejeito, não podemos esquecer que temos um

problema seríssimo e principalmente aqui em Curitiba, região metropolitana e nas maiores cidades que são as que mais estão se desenvolvendo, temos um problema seríssimo na distribuição dos resíduos sólidos de construção. E todas as vezes que esses resíduos sólidos de construção são mal acondicionados, mal dispostos, esses resíduos sólidos vão parar dentro das nossas galerias e vão parar nos nossos rios, entopem os nossos bueiros, causam problemas seríssimos de inundação nas cidades. Então, vamos tratar também essa questão do município de Curitiba, região metropolitana e no Estado do Paraná. Para isso já temos um arcabouço de uma ideia para resolver este problema, que é um problema seríssimo aqui no Estado do Paraná.

Então, com relação à nova política acho que esses são os pilares principais e estaremos trabalhando junto com vocês. Não vou falar aqui, Jonel, sobre a questão dos prazos que vamos estabelecer, porque perderíamos muito tempo e eu já falei demais para o meu tamanho. Obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Obrigado, Márcio. Enquanto o Tarcísio vai se encaminhando para fazer o seu informe, quero registrar a presença do Juan Artigas Souza Luz – Superintendente da SEMA de Francisco Beltrão, do Gilmar Jeferson Paludo, Superintendente da Sema de Toledo, e o Robert Hickson que é o Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Toledo, todos participando da nossa reunião.

Então, com a palavra o Tarcísio, atual Presidente do IAP.

O Sr. Conselheiro Luiz Tarcísio Mossato Pinto (IAP):- Na realidade hoje fizemos uma reunião de manhã com o Conselho do FEMA – Fundo Estadual de Meio Ambiente, com a presença dos Conselheiros Norberto, Jonel, Márcio e o Bonilha onde discutimos e fizemos uma reunião do Plano de aplicação do FEMA. No início se tinha previsto um consumo em torno de trinta e seis milhões e a arrecadação numa faixa de nove milhões.

Então, tivemos que fazer a revisão disso tudo onde nós traçamos algumas metas, outras eliminamos e acabou ficando de uma forma que o caixa de arrecadação de multas está em torno de seis milhões e setecentos, um consumo previsto de dez milhões e setecentos e com a arrecadação prevista em torno de nove milhões até o final de 2011, mas com uma folga que dá para chegarmos aos dez milhões propostos.

Então, na realidade essa proposta toda foi discutida, aprovada e acho que daqui para frente temos que direcionar o tema realmente para a finalidade que ele foi criado.

Queria comentar rapidamente sobre a descentralização da instituição na questão de licenciamentos ambientais. Nossa intenção desde o início quando assumimos a instituição, em conversa com o Secretário, é buscar passar aos municípios os pequenos licenciamentos que a instituição tem feito hoje e isso está acumulando não só em termos de trabalho, mas também em termos de qualidade de serviço que o IAP tem prestado no Estado. Estamos trabalhando com pequenos licenciamentos e isso tem tomado o tempo, tem tomado uma demanda grande, e o que a gente precisa realmente cuidar, que são as grandes empresas, os grandes poluidores do Estado, a instituição não estava fazendo o monitoramento e a fiscalização do seu licenciamento.

Essa descentralização pretendemos abrir um edital com algumas exigências e os municípios que estiverem adequados para receber esses licenciamentos, sobre a tutela do IAP e o acompanhamento, estaremos repassando aos poucos aos municípios para que possamos trabalhar na função que a instituição precisa trabalhar. Já devemos estar programando para o próximo mês todo esse processo de descentralização da instituição. Obrigado.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Quero saber se esses objetivos estarão disponíveis no site?

O Sr. Conselheiro Luiz Tarcísio Mossato Pinto (IAP):- Com certeza. A transparência da instituição é justamente isso, deixar disponível para que possamos não só discutir mas mostrar a seriedade da instituição neste processo.

O Sr. Conselheiro Giacomio Clausi (Gari):- Caro Presidente do IAP, ano passado tive a oportunidade de viajar para o Japão com o antigo Presidente do IAP, Sr. Volnei, e na última reunião do Conselho tínhamos conversado sobre o FEMA e uma posição que teria ficado é que uma parte do Fundo Estadual de Meio Ambiente seria destinado para projetos de interesse da sociedade civil de terceiros setores. Neste demonstrativo parece-me que não ficou nada previsto.

O Sr. Conselheiro Luiz Tarcísio Mossato Pinto (IAP):- Na realidade a previsão que tínhamos de arrecadação e para manter os projetos e trabalhando as instituições na execução desses projetos, era o suficiente de saldo que tínhamos. Por que digo isso? Foi aplicado muito recurso do FEMA em uma atividade só e é o que não queremos para o FEMA daqui para frente. Acho que o FEMA tem que trabalhar em todos os municípios do Estado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- gostaria também de fazer uma contribuição, Tarcísio. Temos debatido muito internamente, eu e o Tarcísio e os outros Diretores Presidentes do sistema Sema. Na realidade para esse ano tivemos que fazer essa adaptação,

houve uma orientação do Tribunal de Contas, pegamos o histórico de arrecadação dos últimos anos para fazer uma aplicação mais dentro da realidade.

Não adianta fazer previsões e vou citar o caso dos Faxinais e a Vânia conhece bem que em três ou quatro anos estava prevista uma verba para os faxinais e nunca aconteceu. Então, esse tipo de coisa não adianta elencar como expectativa de arrecadação e colocar dois milhões para o terceiro setor e não se tornar viável. O compromisso que está ali, os números que estão ali serão efetivamente executados. Não há possibilidade de não ser executados e outra coisa, dentro do exercício de 2011, também para não ficar a expectativa de passar para o outro exercício contrariando frontalmente inclusive o regimento do FEMA que é o que vinha acontecendo. E também foram disponibilizados nos últimos dois ou três anos, como o Tarcísio falou, um recurso muito expressivo para uma determinada atividade só, que foi no Jardim Botânico de Londrina. É um projeto belíssimo, altamente meritório, mas que também temos outro conjunto de projetos também meritórios de valores menores que podemos contemplar também várias regiões do Estado.

Então, estamos procurando, num primeiro momento, ter um equilíbrio, inclusive criar mecanismos para os próximos anos onde todos os interessados possam previamente concorrer, digamos assim, a recursos e sugerir o provisionamento de recursos. Outra coisa também, nos últimos anos tem se utilizado do FEMA para recurso de custeio, despesas correntes do Instituto ambiental, da própria SEMA também, e esses recursos deveriam ser originários do Tesouro, que teria que compor esse orçamento das despesas correntes do IAP. Já discuti isso com o Tarcísio, e de pleno acordo também, até para reivindicar o próximo de uma forma real o que é despesa corrente do instituto e deixar que as arrecadações do FEMA sejam utilizadas para as quais o Fundo foi criado, as finalidades originárias.

Então, essas distorções, e fizemos questão de trazer hoje aqui o que foi deliberado hoje de manhã, porque nossa ideia é compartilhar com o Conselho tudo o que vai acontecer dentro do FEMA para que todos tenham conhecimento de tudo o que está se passando dentro do Fundo Estadual de Meio Ambiente.

O Sr. Conselheiro Luiz Tarcísio Mossato Pinto (IAP):- Só para acrescentar ao que o Secretário coloca, é que temos perspectiva sim de uma boa arrecadação pelas multas que temos, mas fazer dentro de uma coisa séria, de um aplicativo correto, de uma forma de se fazer uma previsão e depois ao ter como colocar o dinheiro em cima.

O Sr. Conselheiro Giacomo Clausi (Gari):- Trazendo de volta a Conferência do Japão, a mensagem expressa pessoalmente pelo Secretário da

CDB, Douglas, específico para esse Conselho na primeira reunião que tivéssemos esse ano, aproveitando aqui o Fundo Estadual de Meio Ambiente, está disponível para uma solicitação através do Conselho Estadual do Meio Ambiente e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, através do GEF, que é o Global Environment Facility, financiamento que o Banco Mundial faz através da CDB que seja direcionado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente para um fundo específico para a utilização de entidades do terceiro setor. Claro que como nós todos Conselheiros aqui fizemos redigir uma solicitação ao Global Environment Facility pedindo numa verba específica para ser utilizada através do Conselho para essa destinação.

O Governo anterior recebeu, através desse mesmo mecanismo oito milhões de dólares e foram utilizados principalmente no Governo Roberto Requião. Fica aberta, então, essa possibilidade para desenvolver, através do Conselho, uma carta... tem um demonstrativo desse valor, principalmente no Paraná Biodiversidade o valor que foi gasto.

A Sra. Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Com licença, não é Projeto de Mudanças do Requião. Particpei da coordenação de educação ambiental e da parte toda do desenvolvimento do projeto, temos aqui outros representantes da época também, a Mariese inclusive participou conosco desde o início na Secretaria de Planejamento, e mais algumas outras pessoas, o Otamir da SEAB, e outras pessoas, Presidente. Então, foram projetos onde os recursos foram muito bem aplicados, infelizmente tivemos que devolver parte dele não por uma incompetência do Estado, mas por uma burocracia que o Estado exigia no momento que foi a construção de um centro - o João Batista que foi o pai da ideia, tenho que nominar porque o João já estava fazendo doutorado na área sobre biodiversidade. Então foi um dinheiro muito bem aplicado do GEF com a possibilidade de contratação desse mesmo projeto para a continuidade das ações, foi aquilo que a Mariese também colocou aqui, porque é duro quando você tem projeto, o projeto depende de recurso e o recurso acaba e o projeto acaba junto. A ideia desse processo não é essa, sabemos que a Emater tem dado continuidade nas ações. Então, não foi só para mudas, tínhamos várias componentes dentro do projeto e provavelmente mudas foi o que menos se utilizou, porque a recuperação das matas ciliares foi dada de maneira natural com a cerca nas beiras dos rios, com a mata ciliar com o que o Código Florestal exige até então.

Então, é só para fazer esta pequena correção, porque está no momento de reconhecermos o trabalho que o Estado está se desenvolvendo, seja em qual

gestão, mas os trabalhos estão sendo muito bem elaborados, porque técnicos nós somos e respondemos por essa ação. Muito obrigada.

O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (Gari):- Foi bem feita a sua colocação, mas não estava criticando o programa, só estava abrindo uma pauta que o programa já recebeu o incentivo, o Estado, e que atualmente estão abertos principalmente para uma linha de criação de Fóruns Juvenis. A partir do momento em que utilizamos a palavra: “Ah, estamos fazendo essa discussão para as futuras gerações” e não tem futura geração nenhuma, a não ser que alguma das senhoras presentes estejam em estado interessante. Não somos, a futura geração são os jovens e adolescentes que, através desse mecanismo que a ONU vêm desenvolvendo nos últimos anos, é levar esse debate que o nosso Conselho está criando para todos os municípios. Então, desses 399 municípios que temos no Paraná, quantos deles já tiveram a realização de um fórum sobre Biodiversidade, Fóruns Juvenis? Acredito que talvez 10% desses municípios.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Vamos verificar essa sua sugestão apresentada para verificar se temos condições de habilitar a esses recursos.

Mas para finalizar a questão do FEMA, dizer aos senhores que olhando para trás, algumas experiências merecem muitos elogios, outras experiências merecem correção de rumo que é o caso que estamos propondo agora, a partir do Conselho de Administração do IAP que define o Plano de Aplicação do FEMA, que aconteceu no dia de hoje, porque a ideia é priorizar o máximo de ações e com valores que não sejam, digamos assim, tão elevados que acabem inviabilizando ou concentrando os recursos numa direção só. Não se entenda crítica ao passado, mas estamos corrigindo e entendendo que o compartilhamento desses recursos para uma quantidade maior de programas será bem mais interessante para o Estado.

Então, agora, fechamos a questão dos informes e abrimos à Tribuna Livre e temos quatro inscritos. Pela ordem: Conselheira Vânia, Conselheiro Adriano, Conselheiro Giácomo e Conselheiro Ricardo, que acabou se ausentando, então três inscritos.

O Sr. Conselheiro Roberto Gava (FIEP):- Desculpe, Sr. Presidente, fui o primeiro a me inscrever.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Então, peço as devidas desculpas e vamos corrigir a inscrição. Então, primeiro inscrito.

O Sr. Conselheiro Roberto Gava (FIEP):- Muito bem. Vou tentar ser breve, embora minhas observações requeiram um espaço bem alongado. Sobre o

FEMA recomendo para aqueles Conselheiros que estão assumindo hoje, parabéns para eles! E que eles leiam as últimas duas ou três Atas, tanto da Extraordinária como da Ordinária, para ver que tanto a FIEP como a ONG do Rio Iguaçu bateram firme até que veio finalmente, depois de dez anos, uma demonstração financeira do FEMA, porque nós não tínhamos. (Palmas). Foi tirado a fórceps essa prestação de contas e hoje veio e permitiu ao Presidente Tarcísio fazer essa exposição que ele fez, mas, até então, este Conselho vivia às moscas, em termos de prestação de contas do FEMA que é importantíssimo. Chegaram a usar recursos para o pagamento de uma chácara, que não vem ao caso os detalhes.

Sobre os resíduos da construção civil, Curitiba realmente tem um problema. São em torno de 1.300 caçambas por dia geradas em Curitiba e com capacidade menos de 500 para processar essas caçambas da construção. Estamos realmente com problema e a abordagem foi bem pontual.

Sobre a Lei 12.305, a Lei da Logística Reversa, tenho dito sempre que duas pessoas precisam mudar urgentemente de comportamento, a pessoa física e a pessoa jurídica. São só essas duas, as outras não precisam mudar. Mas essas duas precisam mudar urgentemente de posição. Eu questiono essa história do poluidor pagador, porque agora não pode mais haver poluidor. De modo que só temos, através do incentivo, trabalhar, premiar quem está protegendo o meio ambiente. Sobre isso teríamos que conversar bastante coisa.

Mas também quero noticiar que a FIEP em 2008, se não me engano, que houve a COP em Curitiba, a FIEP apresentou para a então Ministra Marina Silva um documento, não foi papo, foi documento Biodiversidade e Capital. De modo que nos preocupa também essa questão da manutenção da biodiversidade. Foi abordado com bastante rapidez, mas gostaria que o IAP em outra ocasião trouxesse o assunto mais especificado sobre os 13 a 16 blocos que dividiu o Paraná para recomposição da reserva legal e também das APP's.

Sobre essa questão da Lei 12.305, ainda, temos debatido muito em nível de CNI e aí o ambiente é da indústria, mas a CNI está profundamente preocupada e disposta a colaborar no que for possível. A FIEP está apoiando, e já está bastante desenvolvida, já estão bastante desenvolvidos, um programa, dois projetos paralelos ao Projeto da ABIR que é o projeto de coleta de embalagens de bebidas, paralelo ao trabalho da ABIR. Esse projeto tem tido o apoio do Ministério Público do Paraná e tenho a impressão que o Paraná, mais uma vez, vai sair na frente, vai ensinando ao Brasil como proceder nessa área – as duas pessoas estão aprendendo, essa é que é a verdade. Temos muito que fazer. Sr. Presidente, muito obrigado. Essas eram as minhas considerações sobre a prestação de contas. Mas ainda quero que na próxima reunião, tanto a Sema

quanto o IAP, principalmente o IAP traga uma informação a este Conselho do GIAP - Grupo Integrado de Apoio Técnico, porque estamos enfrentando problemas muito sérios e felizmente puxados pelo principal jornal do Paraná, que é o problema da poluição do Alto Iguaçu. O GIAP deve ter grupo integrado de apoio técnico, é ele que aprova, em última análise, os empreendimentos industriais, produtivos, enfim, que possam estar poluindo o nosso querido Rio Iguaçu.

Também há necessidade de ser trazido a este Conselho e leiam as Atas anteriores, está lá, Lei do BHC. Houve um ex-Secretário de Meio Ambiente, depois eleito deputado, aprovou uma lei dando um prazo para o agricultor paranaense se autodenunciar. Ele fez a autodenúncia, foi protegido, está tudo muito certo, só que tem mais de 600 mil toneladas de BHC perdidas ou enterradas ou escondidas no Paraná e ninguém está fazendo nada. A Sema lotou três caminhões que ficaram três meses parados no Rio de Janeiro, porque o Rio de Janeiro não queria aceitar incinerar esse BHC. É só pegar as Atas anteriores e ver, não estou falando novidade nenhuma, peguem essas Atas, leiam, estudem essas Atas e quem sabe futuramente tenhamos uma notícia aqui neste Conselho Estadual do Meio Ambiente. Obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Permita-me, Conselheiro Gava, fazer dois comentários adendos, no sentido de informação, obviamente. A questão do BHC esta semana que está iniciando, estamos cancelando o processo licitatório que foi feito, se não me falha a memória, no dia 20 de dezembro de ano passado, onde o Governo do Estado havia contratado uma empresa por dois milhões e duzentos mil reais para o recolhimento, senão me engano, de 600 toneladas de BHC. Tudo bem se o recurso que estava alocado para esse fim não fosse das medidas compensatórias das unidades de conservação. Então, existe o vício de origem, era uma finalidade, mas não é possível, eu não homologaria como gestor público esse procedimento. Quanto ao mérito e a necessidade não se discute, estamos nos organizando junto com o Instituto das Águas para retomar esse tema e levar adiante, porque sem dúvida nenhuma é de muita importância.

A respeito do Alto do Rio Iguaçu o comentário que tenho a fazer é que infelizmente nos últimos anos, e não é discurso político, deixamos de valorizar o Instituto das Águas e principalmente o Comitê de Bacia do Alto do Rio Iguaçu que têm todas as condições de executar uma política adequada e fazer o saneamento ambiental do Alto Rio Iguaçu. Esta semana também será realizada uma primeira reunião de trabalho do Instituto das Águas com a Sanepar nessa direção para que possamos realmente mudar esse cenário que está ali, que passou

o PROSAN, passou tantos outros programas e a situação está muito grave como todos nós sabemos. Apenas para complementar a sua fala.

Em seguida a Conselheira Vânia. Por gentileza.

A Sra. Conselheira Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Para quem me conhece sabe que vou falar sobre os Faxinais e sobre a questão do desmatamento lá na nossa região.

Fiquei muito contente de ver a prestação de contas, como disse o Conselheiro Gava, é uma luta muito antiga nossa pela transparência no gasto do recurso público. Até gostaria que o Secretário Executivo repassasse a todos os Conselheiros uma cópia disso, até para que no próximo ano possamos opinar e dar sugestões para que esse recurso possa realmente ser bem gerenciado e bem gasto para que efetivamente faça diferença na vida da população.

Trouxe aqui uma questão que em 13 de novamente de 2003, este Conselho se reuniu, eu fazia parte na época como titular, para visitar uma área do Elias J. Curi perto de Guarapuava. São mais ou menos 3.000 hectares, foi feito um parecer do Conselho, não tenho o parecer aqui, tenho um *Power Point* da nossa apresentação. Na época demos parecer contrário para que o Incra fizesse um assentamento do MST e semana passada recebi notícias que os lotes já foram divididos. Existem duas pessoas que estão tirando madeira lá, inclusive os próprios assentados me procuraram, os futuros assentados, na verdade, estão recebendo os lotes, pedindo que seja feita alguma coisa, porque eles estão tirando madeira, todas as araucárias, imbuas. Ali é a Bacia do Rio das Pedras que vai abastecer Guarapuava. Esse parecer do Conselho, se vocês também procurarem, vão encontrar com certeza e eu também vou procurar nos meus guardados, posso encaminhar para o João Batista. Na época pedimos que o Incra viesse ao Conselho e conversasse a respeito disso. Então, julgo que seria pertinente que convocássemos o Incra, enquanto Conselho, se não na próxima reunião extraordinária, porque já temos outra pauta, mas talvez até a próxima reunião ordinária, porque a partir do momento em que se permite que se faça o desmatamento lá, existem duas pessoas – inclusive já fiz denúncia na Promotoria em Guarapuava, e o promotor me disse: “Olha, esses já são conhecidos.” São pessoas que estão já com uma gangue, um grupo que está fazendo isso há muito tempo, tem os seus esquemas lá dentro e eles estão tirando madeira.

Então, se não tomarmos nenhuma medida ficará ruim para o Conselho que deu uma opinião desfavorável para que se fizesse um assentamento ali e já temos ali o Doze de Novembro, o Assentamento Rosa que estão com problemas ambientais sérios e vamos criar mais um debaixo dos nossos bigodes.

A outra questão é a questão dos faxinais, eu até insisti na questão de formatar as Câmaras, porque trouxemos há uns oito meses atrás, até o agricultor foi me cobrar lá essa semana: “Oh, dona, já faz oito meses, daqui a pouco vai nascer a criança e não aconteceu nada!” com relação aos problemas que estão acontecendo no faxinal. Tenho tido contato com a Secretaria, tenho tido contato com o IAP, mas a ação precisa ser efetiva lá na ponta. Eu até gostaria que fosse criado um grupo de trabalho, mas vamos aguardar a decisão da próxima reunião, mas pediria ao Presidente do IAP e ao Secretário que fizéssemos uma reunião, amanhã ainda estarei em Curitiba, para tomarmos algumas medidas práticas, porque essas populações que são consideradas agora recentemente no Brasil como populações tradicionais, estão desaparecendo e estão desaparecendo a olhos vistos e com, como disse o Conselheiro que já saiu, a responsabilidade em parte é nossa que denunciamos, denunciamos, mas na prática a coisa não anda.

Peço um empenho especial na questão dos faxinais, até porque a população está acreditando no novo Governo, acreditam, eu gostei muito das apresentações que vocês fizeram aqui, espero que consigamos ver implementadas, se não todas, 100%, mas uma boa parte disso que está ali. A questão das Minas D’água é uma providência mínima, mas será extremamente importante para vocês terem a população como seus aliados no meio ambiente. Nós trabalhamos a questão de tirar os agricultores do fumo e trabalhar a questão ambiental com eles. Então, hoje temos um projeto com a **Conab**, as vezes compramos 4.500 reais no ano e doa para as entidades, escolas e hospitais e faz uma diferença fantástica na vida das pessoas e abre-os para a questão ambiental.

Quando fiquei sabendo que o Jonel falou sobre isso, comentei com alguns que já tem um monte de gente querendo se cadastrar, querendo saber o quanto vai ganhar e o que ele precisa fazer para cuidar. Então, isso é extremamente importante, mas precisamos sair do discurso. Não interprete minha colocação anterior como um balde de água fria, mas é que na prática todo mundo tem muito trabalho, para a gente realizar precisamos ser objetivos.

Então, gostaria de pedir o apoio de vocês no faxinal, pedir que o Incra seja convocado, porque será muito sério o que vai acontecer ali. Mesmo que eles adotem medidas que não sejam tão impactantes, existem pessoas que vão lá detonam a área e aí o assentado vai morar numa terra com solo desse tamanhinho, e daqui a pouco eles não vão poder fazer mais nada. Então, antes que aconteça é melhor tomarmos uma providência.

Esse é o meu pedido. Obrigada.

O Sr. Conselheiro Roberto Gava (FIEP):- Eu fiz parte do grupo de 2003 que foi para a APA, de modo que eu assino em baixo nesta questão, porque eu demorei para lavar o sapato do barro que peguei lá. Obrigado.

O Sr. Conselheiro Luiz Tarcísio Mossato Pinto (IAP):- Sra. Conselheira, até peço a gentileza de nos manter informados sobre essa situação e como Presidente de uma instituição tenho uma visão que não há diferenciação, seja para um assentado, seja para um agricultor pequeno, ou seja, para um agricultor grande. A legislação está aí e na minha visão tem que ser cumprida corretamente. Então, por favor, se puder me posicionar, através de um e-mail bastante claro, prefiro.

E quanto aos faxinais posso dizer o seguinte, estamos passando por uma reformulação administrativa, o Secretário já nos pediu, e isso é uma das prioridades que estaremos atendendo nos próximos dias, só tenha um pouquinho de paciência para fazermos essa modificação administrativa.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Agora, com a palavra, Conselheiro Adriano.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Só queria fazer uma recomendação, um convite especial para os três próximos dias, a partir de 4ª feira, que é a Semana da Mata Atlântica. Dia 27 é o Dia Nacional da Mata Atlântica e já por dez anos, todos os anos têm sido feito em vários estados e essa comemoração da chamada Mata Atlântica. Este ano coube a Curitiba ser o anfitrião desse evento, queria até agradecer, faço parte da comissão organizadora, agradecer de público o empenho que o Estado tem feito através de Secretário, através do companheiro Castella, a prefeitura tem nos auxiliado, a Copel, enfim, permitiu com que pudéssemos realizar e chamar quase oitenta entidades para estarem presentes nesses dias. Quarta-feira teremos a presença da Ministra de Meio Ambiente, Sra. Izabella, e com vários depoimentos. No dia 25, ao final da tarde, haverá cinco oficinas interessantes, uma delas que gostaria de destacar, o Conselho tem que se engajar na questão das propostas que vamos levar para o Rio +20. Só lembrando que ano que vem, 2012, faz 20 anos que aconteceu a Eco 92 e é importante que tenhamos isso presente, todas as duas pessoas, a física ou a jurídica, conforme o Gava acertadamente falou, precisamos realmente pensar nisso o que queremos esperar ou o que esperamos desse Rio +20. Então, haverá uma oficina específica como outras oficinas também.

Então, gostaria de deixar aqui o convite, que vocês pudessem dar uma passadinha lá e engrossar a nossa participação como anfitriões desse evento que está sendo produzido. Obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Temos agora a participação do Giácomo Clausi.

O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (Gari):- Aproveitando o Adriano nas datas comemorativas. Ontem, 22 de maio, foi o Dia Internacional da Biodiversidade e esse ano é o nosso ano internacional das florestas. Pela lei ambiental, atualmente o código vigente, Mariese, é o que está vigente. Então, poderá ser votado amanhã, até neste termo específico gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente e aos Conselheiros presentes de como está a posição do nosso governador que fez um comentário específico que, caso não fosse votado o Código Florestal, adotaria o nosso exemplo do nosso vizinho Santa Catarina, deixando as matas ciliares com apenas 5m.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Acredito que a sua informação está equivocada. Ao que me consta ele não usou esses termos não. Ele estava numa reunião, senão me falha a memória, em Londrina onde foi instado pela impressão, foi perguntado a ele se não fosse votado, se não fosse resolvido o impasse, se o Estado faria uma legislação própria. Foi nesta direção. Na realidade o Estado do Paraná hoje já tem uma lei florestal própria que poderia ser adaptada ou não. A única posição que defendemos claramente, abertamente e que o Gava fez uma leve menção é no sistema de agrupamento e de arranjos que tem o Paraná para compensação de Reserva Legal, que achamos um sistema ineficaz, tanto é que a realidade está aí posta e uma dificuldade imensa daqueles proprietários querendo fazer as suas compensações e muitas vezes não poderem fazer.

Quando a Mariese mostra aquele mapa do Bioclima, aquele mapa verdinho, onde se tem o Estado e a região centro-sul, sudoeste do Paraná com uma cobertura florestal adequada e hoje está num processo de degradação, se esse mecanismo fosse um pouquinho mais flexível teríamos um ambiente muito melhor lá instalado já com as compensações. E defendemos a compensação, não no sentido da desapropriação, da compra, mas sim da servidão em que se remuneraria, faria uma compensação equitativa de produção com quem tem áreas preservadas, onde se distribui rendas e conserva mutuamente. Estou fazendo essa recomendação, porque o Estado de São Paulo já fez isso, a bacia litorânea e o restante das bacias agrupadas numa só, e o Ministério Público de São Paulo, numa atitude inteligente, entendeu que neste caso seria melhor olhar a flexibilização da lei como um ganho ambiental, coisa que não temos no Paraná. Temos aqui uma rigidez absoluta na interpretação das normas legais e até em algumas situações em que o cumprimento absoluto da legislação às vezes leva a problema ambiental.

Não vou polemizar agora uma discussão desse nível, mas quero dizer que muitas vezes a gente precisa se posicionar de maneira proativa, não que se vá fugir à legalidade, mas buscar dentro da legalidade mecanismos para se atingir os objetivos.

No caso do Estado do Paraná eu diria para você, em conversas que tenho mantido regularmente com o governador que não é essa visão não, muito pelo contrário. Ele tem uma visão que precisamos resolver o problema dos agricultores sim, mas ele tem compromissos muito sérios com a biodiversidade, tanto é que ele está patrocinando com toda a sua força o Programa Bioclima.

Creio que a imprensa que pautou esse encontro, não sei qual a fonte, citou de forma errada. Logo após que li as notícias fui conversar com o governador junto com o Presidente do IAP para saber exatamente o que tinha ocorrido e ouvimos dele, com toda a clareza, que não é esse o posicionamento igual ao de Santa Catarina.

O Sr. Conselheiro Giacomio Clausi (Gari):- Obrigado pela resposta, mas realmente essa notícia apareceu.

O Sr. Conselheiro Luiz Tarcísio Mossato Pinto (IAP):- A orientação dele inclusive é que se tiver que fazer o Código do Paraná que seja o melhor do Brasil.

O Sr. Conselheiro Giacomio Clausi (Gari):- Então, amanhã, caso seja votado o novo Código Florestal, qual a posição do governador?

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- A posição do Estado é a do cumprimento imediato. O que podemos fazer? É uma legislação federal, é uma norma superior e se deve buscar o cumprimento da legislação de forma inteligente. Se ele não permitir e ficar a norma do Código Florestal que prevê compensações no mesmo ecossistema ou na mesma microbacia que engessa muito a possibilidade de compensações, vamos discutir esse tema de forma a se ter uma abertura, porque senão o cenário no Estado do Paraná não vai se modificar muito em relação à questão conservação da biodiversidade.

Quando a Mariese falou que a gente segurou um pouco, é porque realmente estamos dependendo da votação do Código para deslancharmos em nosso programa, porque está muito lastreado nesse esquema de compensações.

O Sr. Conselheiro Giacomio Clausi (Gari):- Perfeito. Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Conselheiros.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Pois não.

O Sr. Conselheiro Roberto Gava (FIEP):- Permita-me mais trinta segundos, a respeito do convite que o Wild fez sobre a abertura da Semana da Mata Atlântica. Eu era Conselheiro do Conama no ano de 2000 quando, em 2001, foi aprovada em Joinville, na Semana da Mata Atlântica, a Resolução 278/2001 que proibiu, praticamente alijou araucária do manuseio do agricultor paranaense. Só que, e isso ficou valendo nacionalmente, araucária é árvore símbolo do Paraná, temos ali inclusive, olhem ali, na convocação, do lado direito de quem olha, o ramo de araucária, está na bandeira paranaense. De modo que fica um apelo, Wild, principalmente você que é um entusiasta da coisa, de junto com o Secretário de propor ao Conama uma alternativa que afrouxe um pouco essa questão para o Paraná, específico, porque só no Paraná a araucária é árvore-símbolo. De modo que precisamos ter o agricultor do nosso lado, plantando araucária e não pisando em cima, assim que ele nasce, porque isso é uma conversa muito comum. Fica esse registro, obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Coincidentemente, agora no sábado, tivemos uma reunião de trabalho, a convite do prefeito de Bituruna, no interior do Estado, e aí nos dirigimos à Bituruna, fazia muitos anos que não ia até aquele município e é impressionante ainda como tem muitas araucárias naquela região.

Quando falamos dos programas de Governo, inclusive do Bioclima, da possibilidade dessa remuneração equitativa de quem planta soja lá em Palotina e vai compensar ali naquela região, vocês não podem imaginar a satisfação dos agricultores que estavam presentes lá, porque hoje eles enxergam a floresta como um empecilho, como um problema, e a partir dessa possibilidade passam a ter outra visão, além de obviamente eles terem a sensibilidade em relação ao meio ambiente, mas também tem o fator econômico que nos dias de hoje é quase preponderante a outras decisões. Então, deixou-nos muito animados, mais do que nunca convencido que realmente temos que buscar essa flexibilização dessa norma, das compensações, da Reserva Legal no Estado e que nesse ponto sim, o espaço, a minha interpretação, o meu convencimento de que é necessário neste ponto particular uma flexibilização do Código Florestal.

Na questão das araucárias também, o Tarcísio talvez até queira fazer algum comentário em relação a essa preocupação de incentivar, flexibilizar a utilização da araucária.

O Sr. Conselheiro Luiz Tarcísio Mossato Pinto (IAP):- Repassar aos senhores que criamos uma comissão para rever essa Resolução, que é uma Resolução conjunta IAP, Sema e IBAMA, porque tem certas coisas que ela é muito radical, não se pode utilizar na realidade nem o material lenhoso que está

caído ou em quantidade não muito significativa, você deixa às vezes um pequeno produtor lá com uma série de araucárias caídas apodrecendo e não podendo se utilizar dela. Então, acho que preservar é importante, mas temos que ter a consciência de que utilizar também às vezes o pequeno agricultor também é importante. Então, essa Câmara Técnica estará estudando muito bem essa Resolução em conjunto com o IBAMA para que possamos chegar a um denominador comum.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Gostaria de agradecer imensamente a presença de todos os senhores Conselheiros, me desculpar pelos atropelos e pela falta de experiência, foi a estreia, o baile de debutante, agradeço a compreensão de todos os senhores que muitos ajudaram a conduzir, junto com o João a reunião e acredito que tenhamos sobrevivido a contento.

E já, de antemão, lembrar a todos que no dia 30 teremos a reunião extraordinária e vamos verificar a possibilidade de colocarmos a convocação, Conselheira Vânia, do Incra para se fazer presente e manifestar o seu entendimento sobre a questão das áreas próximas ao Rio das Pedras. Muito obrigado a todos e declaro encerrada a presente Sessão.